



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 355 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pela Senhora Primeira Secretária, Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** "Apreciação e votação da Ata n.º 354 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----

----- **Ponto dois:** "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA".

----- Período da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"; --

----- **Ponto dois:** "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2020, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de 2020, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia;"-----

----- **Ponto três:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, de acordo com o estabelecido na alínea h) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA;" -----

----- **Ponto quatro:** "Apresentação, discussão e votação do projeto final do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA;" -----

----- **Ponto cinco:** "Discussão do Relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição, de acordo com o estabelecido na alínea h) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA." -----

----- Período de Intervenção do Público: -----

----- "Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP; -----
- • Luís Manuel da Silva Ferreira – GM do MIAP; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; -----

----- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----

----- • Victor Manuel Santiago Tavares – GM do PPD/PSD; -----

----- • Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes – GM do MIAP; -----

----- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----

----- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – CDS/PP; -----

----- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP; -----

----- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do PPD/PSD; -----

----- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----

----- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP e -----

----- • Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto – GM do MIAP. -----

----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

----- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----

----- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----

----- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita; -----

----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos; -----

----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----

----- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----

----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----

----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----

----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----

----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguium e Óis do Bairro. -----

----- Não compareceu à sessão as seguintes Senhoras Deputadas Municipais do respetivo GM: -

----- • Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves – GM do PPD/PSD e -----

----- • Filipa Cardoso Tomás – GM do PPD/PSD. -----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----

----- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Vereador; -----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----

----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----

----- • Anabela Fernandes de Melo – PPD/PSD – Vereadora; -----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência e -----

----- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -

----- Apresentados os cumprimentos, com uma saudação especial para todos os que seguem em direto esta sessão da Assembleia Municipal através do canal YouTube, o Senhor Presidente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Assembleia Municipal alertou os presentes para o cumprimento e para a observância das regras de proteção e controlo do COVID.-----

----- De imediato começou por dar nota dos pedidos de substituição, com base no artigo décimo segundo do RAMA, apresentados pelo Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP, que informou que se faria substituir por Luís Manuel da Silva Ferreira; pela Senhora Deputada Municipal Elisabete da Conceição Aguiar Garrido, do Grupo Municipal do MIAP, que informou que se faria substituir por Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes e pelo Senhor Deputado Municipal António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que informou que se faria substituir por Leonildo Moreira da Silva Macedo, que se fez substituir por Liliana Isabel Rodrigues Duarte, que por sua vez se fez substituir por Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto, sendo as acima referidas substituições efetuadas nos termos do artigo décimo sexto do mesmo Regimento. -----

----- Os pedidos foram aceites nos termos do artigo décimo sexto da mesma norma legal tendo sido verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para a necessidade de assinarem o Livro de Presenças. -----

----- Antes de passar à ordem de trabalhos aprovada pela Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente informou o plenário de que se encontrava disponível para consulta toda a correspondência recebida e expedida pela Mesa da Assembleia Municipal, no intervalo das sessões, conforme preceituado na alínea s), do número um, do artigo vigésimo primeiro do RAMA. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha sido emitida uma nota de imprensa para reforço da informação e publicitação desta sessão. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa, confirmada a presença de vinte e sete Senhoras e Senhores Deputados Municipais na sala, a sua legitimidade, e constatada a existência de quórum, conforme previsto no número um, do artigo trigésimo segundo do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram catorze horas e quarenta e quatro minutos, a qual anunciou ter sido convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA, e cuja organização de trabalhos observaria o preceituado nos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto e trigésimo sétimo do supracitado Regimento e em obediência ao contido no Decreto-Lei n.º 6-D/2021, no que se refere ao prazo para discussão das matérias em apreço e aprovação da prestação de contas.-----

----- Apresentada a informação relativa às presenças e procedimentos regimentais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, de seguida, iriam passar ao **Período de Antes da Ordem do Dia**: -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal efetuou a seguinte intervenção que se passa a transcrever: " Ontem teve lugar a inauguração do Parque Urbano da nossa cidade, que contou com a presença da Senhora Ministra da Coesão Territorial, Professora Doutora Ana Abrunhosa, e da Senhora Presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.^a Isabel Damasceno, bem como de Autarcas Municipais e das Freguesias e de entidades convidadas, observando as restrições impostas pela pandemia.-

----- Gostaria de partilhar convosco, pela importância que lhes atribuo, algumas frases proferidas pela Senhora Ministra e que passarei a citar: "De facto este Parque Urbano dá nova vida a todos os que aqui moram e à volta e aos que aqui se possam deslocar, proporcionando uma real melhoria da qualidade de vida."-----

----- Relativamente à abordagem feita pela Senhora Presidente da Câmara, aquando do seu discurso, dando nota da necessidade sentida na melhoria das acessibilidades, principalmente a criação de um nó de ligação à autoestrada, disse a Senhora Ministra "Já perdi de conta as vezes que na minha outra vida, leia-se enquanto Presidente da CCDRC, e a Senhora Presidente Isabel Damasceno, sinalizámos como prioridade este anseio. Pode demorar, mas pode contar com o nosso compromisso, da Ministra e da Presidente da CCDRC, de recordar quão estratégico é o acesso à autoestrada e sinalizámos como prioritário este projeto, quer no PRR quer noutros programas estratégicos."-----

----- Era esta a partilha que eu vos queria dar, porque penso que nos enche de alguma esperança."-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que tinha sido entregue à Mesa um requerimento, subscrito pelo Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP, dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal para ser enviado à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que responderá nos termos legais.-----

----- **Ponto um do Período de Antes da Ordem do Dia:** *"Apreciação e votação da Ata n.º 354, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".*-----

----- Antes de dar a palavra ao plenário o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de pequenos lapsos ortográficos que foram detetados e corrigidos, a saber onde se lê "Rua da Barbosa" deverá ler-se "Rua da Barrosa", onde se lê "cumprimento" deverá ler-se "cumprimento" e onde se lê "sumula" deverá ler-se "súmula".-----

----- E não havendo qualquer pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ata à votação, tendo anunciado, como resultado, num universo de vinte e dois Deputados, a aprovação da Ata n.º 354, respeitante à sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2021, por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel José Santos Pinho, Maria Lúcia Braga Araújo, Carlos Delfim de Almeida Correia, Maria Alexandra Ferreira Henriques, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, José Manuel Oliveira Carvalho, Manuel de Oliveira Marinha, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Maria Manuela Mesquita Tomás Barreto, Manuel Baptista Veiga, José Arlindo Fernandes Simões, António Floro dos Santos Ferreira, Mário Severo de Matos Marinho, António Ferreira de Carvalho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e Vítor Manuel Santiago Tavares, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar.-----

----- Não participaram na votação da ata os Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP Luís António Sousa Pinto dos Santos e Luís Manuel da Silva Ferreira, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não terem participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

----- Aquando da votação não se encontravam presentes os Deputados do Grupo Municipal do MIAP Arménio de Almeida Cêrca e Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes, os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e Filipa Cardoso Tomás e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. -----

-----**Ponto dois do Período de Antes da Ordem do Dia:** *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA".* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- *"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,* -----
Exma. Senhora Presidente da Câmara, -----
Exmas. Sras. e Srs. Vereadores, -----
Exmas. Sras. e Srs. Deputados Municipais, -----
Exmo. Publico aqui presente e a quem assiste de forma virtual, -----
Membros da comunicação social, -----
Para todos uma muito boa tarde! -----

Sra. Presidente, gostaria de fazer duas perguntas, no entanto, e antes das perguntas, quero começar esta minha intervenção dando-lhe os nossos parabéns e através de V. Exa estender os mesmos aos restantes membros do executivo bem como a todos os técnicos do município, isto porque, na tarde de ontem tivemos oportunidade de visitar duas obras que consideramos serem uma mais valia importantíssima para o nosso município e para os nossos concidadãos, o novo parque urbano da cidade de Anadia, e o novo Museu das 2 Rodas.-----

Começo pelo parque urbano da cidade, tem uma localização excelente, ao lado do rio da serra, com a encosta do monte crasto ao lado, a serra do Bussaco no horizonte, confesso que só estando no local conseguimos apreciar toda esta dimensão, depois e muito além do embelezamento da entrada norte de Anadia e da própria cidade, estão as infraestruturas existentes (ciclovias, campos de padel, de voleibol, de basquetebol, de futsal, o minigolfe) enfim, um convite à prática de desporto ao ar livre, mas também não esquecendo os recantos para uma boa leitura, ou simplesmente para relaxar. Um investimento de 3 milhões de euros, com participação de cerca de 50% de fundos comunitários, mas um investimento para os cidadãos e para a melhoria da sua qualidade vida.-----

-----*Depois o Museu das 2 Rodas, uma ideia excelente, em nossa opinião, o aproveitamento*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito numa infraestrutura já existe e que recebe milhares de pessoas de todo o mundo ao longo do ano para homenagear o desporto das duas rodas, nomeadamente o ciclismo e os campeões e atletas deste concelho, mas que não esquece a forte tradição histórica da indústria e do comércio dos veículos de duas rodas no nosso concelho. Na nossa opinião foi ainda conseguido um outro feito extraordinário, que foi a envolvimento dos munícipes com a cedência de espólio para a exposição. Estamos certos de que esta envolvimento dos cidadãos, que a localização no velódromo nacional e a presença neste de pessoas de todo o mundo catapultarão este museu para o sucesso. -----

Não posso deixar de referir também, as homenagens ontem feitas, aqueles que contribuem ou contribuíram para que este tipo de indústria tivesse e tenha tanto sucesso no nosso concelho, as homenagens aos ex-atletas, e sobretudo aos industriais (ontem os das duas rodas), que continuam a investir e a criar postos de trabalho e riqueza no nosso concelho.-----

Sra. Presidente, ontem a Sra. Ministra disse-me que o município de Anadia estava de parabéns, ao que eu acrescentei, que de facto o município de Anadia estava de parabéns graças ao excelente trabalho deste executivo. -----

Agora sim as perguntas: -----

Estamos em junho e infelizmente é uma época do ano em que assistimos a diversos incêndios florestais, assim, Sra. Presidente gostaria que nos informasse do dispositivo e todos meios que temos no concelho para enfrentar esta época crítica do ano. -----

A segunda questão Sra. Presidente está relacionada com o canil/gatil municipal, todos sabemos da existência de animais errantes no nosso concelho, com toda a problemática que isso levanta, seja o controle de nascimentos, as doenças, o eventual perigo para os cidadãos e para a circulação rodoviária etc, sabemos também da dificuldade que existe pois não temos neste momento capacidade suficiente para a sua recolha e respetivo tratamento dos animais, assim a pergunta é se nos consegue dar um previsão para a abertura do referido canil/gatil municipal.”-

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara que, depois de cumprimentar todos os presentes, afirmou que se as inaugurações são um marco, a maior importância é concluirmos as obras e entrega-las à população e as pessoas puderem usufruir delas. Conseguimos alcançar os objetivos a que nos propusemos, o que foi sobejamente reconhecido pelas entidades que estiveram presentes. Congratulamo-nos pela disponibilidade da Senhora Ministra e do Senhor Secretário de Estado e obviamente pela mensagem que foi transmitida da parte do Senhor Presidente da República, que reconhecendo a importância do Museu das 2 Rodas e não podendo de todo estrar presente, não deixou de estar connosco transmitindo uma mensagem aos cidadãos, dando nota do seu reconhecimento pela ideia e pela concretização deste projeto.

----- Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmou que o período crítico começa a 1 de julho, mas é evidente que nós já começámos a trabalhar há uns tempos atrás, com a Guarda Nacional Republicana (GNR) e com os nossos Bombeiros, coordenados pelo Comandante Bruno Almeida, que é o nosso



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coordenador Municipal da Proteção Civil, e pelo nosso Gabinete Técnico Florestal.-----

----- Reunimos também com as Associações Florestais, que têm sido nossos parceiros na vigilância florestal articulados com as forças de segurança, e hoje mesmo foi aprovado em reunião de Câmara a minuta do protocolo que será assinado, na próxima semana, com as Juntas de Freguesia da Moita, de Avelãs de Cima e Vila Nova de Monsarros e com as Associações Florestais de Avelãs de Cima, de Algeriz e de Ferreiros. Serão estas três Associações que farão parte deste dispositivo de vigilância móvel, que será planificada pelo nosso Coordenador Municipal e pelo Gabinete Técnico Florestal, orientados pela GNR. Dia 29 estaremos em condições de consolidar com as Juntas de Freguesia e com as Associações Florestais, os meios que colocámos à disposição e que serão articulados com os nossos Bombeiros. Os Bombeiros e a GNR obviamente que têm o seu programa próprio, também devidamente articulados e preparados para as situações, esperando que não haja necessidade disso, e os próprios Bombeiros estão hoje mais capacitados, não só em recursos humanos, mas também nos meios e nos equipamentos que têm à sua disposição. No sábado passado descerrámos uma placa, nós Câmara Municipal e uma empresa que apoiou na aquisição de uma cisterna de grandes dimensões. -----

----- Mais informou que o posto de vigilância está em funcionamento desde o início do mês de maio, sobre orientação da GNR. -----

----- Concluiu afirmando que iremos ter os meios no terreno e esperamos ter a sorte do ano passado e do ano anterior, em que felizmente não tivemos o flagelo de 2016 e 2017. -----

----- Quanto ao canil/gatil é um investimento que foi feito, mas que nos deixa alguma insatisfação em relação ao decorrer da empreitada. Com todas as desculpas do empreiteiro chegámos à conclusão de que o mesmo não tinha capacidade para executar a obra. Pelo que comunicámos à empresa que já estavam ultrapassados todos os prazos e que iríamos tomar posse da obra, de acordo com o que está previsto no Caderno de Encargos, e com as nossas equipas estamos a finalizar os trabalhos que faltam fazer e esperamos que esta infraestrutura esteja concluída no final do mês de Julho, estando já a decorrer o processo de aquisição de algum equipamento para o apetrechamento do canil/gatil.-----

----- Trata-se de uma infraestrutura que carece de recursos humanos, estando a decorrer um processo de recrutamento de pessoas que possam vir a dar apoio a estes serviços. -----

----- O canil/gatil será uma resposta que depressa se tornará insuficiente para a quantidade de animais errantes que infelizmente começámos a constatar e cada vez mais as pessoas acabam por os abandonar.-----

----- Será uma infraestrutura para dar resposta aos animais errantes, não faremos qualquer concorrência a qualquer hotel, a qualquer clínica ou gabinete veterinário privados. Será exclusivamente um serviço público de acolhimento dos animais errantes. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reproduzir na íntegra: -----

----- *"Quero acreditar que só por mero desconhecimento do projeto de requalificação do Monte Crasto, é que algumas pessoas têm questionado e mesmo denegrido a forma como o projeto irá ser desenvolvido, e que porá em causa o património natural ali existente.*-----

----- *Assim, solicitava que a Senhora Presidente da Câmara esclarecesse os aspetos essenciais desta requalificação, por forma a que sejam dissipadas quaisquer dúvidas sobre a efetiva mais valia que essa necessária requalificação ambiental e paisagística constituirá para a nossa cidade.*-----

-----Questionada pelo Senhor Presidente da Assembleia se pretendia tecer algum comentário, a Senhora Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção: -----

----- Eu começo por recordar que este tema foi aqui abordado por diversas vezes e até constou dos orçamentos municipais, resultado de uma vontade dos Anadienses para que houvesse a requalificação do Monte Crasto. -----

----- A partir do momento em que nos apercebemos que havia a possibilidade desta requalificação ter enquadramento nos fundos comunitários, à semelhança do que fizemos para o Parque Urbano ou numa outra medida como a que foi lançada durante o mês de março e a que nós nos candidatámos até 30 de abril, tivemos três projetos nessa situação, que foi a requalificação da Escola da Moita, a requalificação do Centro de Saúde de Anadia e a requalificação do Monte Crasto.-----

----- Basicamente o projeto do Monte Crasto, tal como o lançámos a concurso, já estava concebido há algum tempo, o concurso já está a decorrer, já está em fase de análise das propostas e será depois efetuada a adjudicação. -----

----- Tivemos a preocupação de colocar no site e nas redes sociais aquilo que nós entendíamos que era uma intervenção justa para o Monte Crasto. E não é mais do que requalificar aquilo que existe e fiquei um bocado surpreendida por algumas observações e por alguns comentários. As pessoas viram o vídeo e não entenderam o que é a proposta de intervenção no Monte Crasto, porque ninguém vai abrir caminhos, os caminhos são os que já lá estão. Pura e simplesmente o que se pretende é requalificar os caminhos, conduzir as águas pluviais e requalificar o pavimento de forma a que as pessoas possam circular. E quando se fala em requalificar os pavimentos não é impermeabilizá-los, mas colocar materiais que sejam completamente permeáveis, com a condução das águas pluviais. Será colocada iluminação naquele espaço de forma a que à noite as pessoas também possam usufruir daqueles circuitos. -----

----- Apesar de há anos existirem muitas ideias, nós não propomos a retirada do Cemitério do Monte Crasto, ele é para manter e ainda há pouco tempo a Junta de Freguesia efetuou uma intervenção na requalificação dos muros. Vamos dar apenas um aspeto mais digno, com materiais mais enquadrados e mais sustentáveis. -----

----- Não vamos deitar árvores abaixo porque não é esse o nosso objetivo, antes pelo contrário, vamos manter tudo o que está e se possível plantar ainda mais. -----

----- A única intervenção no pavimento será à volta da Capela do Monte Crasto, para evitar que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as pessoas possam andar a fazer rally à volta da Capela, enfim dignificar aquele pequeno santuário que hoje está um pouco abandonado, para que as pessoas tenham orgulho de ir ao Monte Crasto, para verificarem a importância e aquilo que significou desde outros tempos para a história da nossa cidade.-----

----- Em relação ao palco não é nossa intenção deitá-lo abaixo, apesar de não estar previsto nesta intervenção, gostaria de fazer naquele espaço um Centro Interpretativo que contasse a história do Monte Crasto. -----

----- Basicamente o que pretendemos é requalificar o que está e preservar, para que as pessoas tenham condições de segurança ao usufruírem do Monte Crasto. -----

----- Para terminar informou que ainda ontem teve a oportunidade de manifestar à Senhora Presidente da CCDRC e à Senhora Ministra que este era um dos investimentos que tínhamos apresentado em termos de candidatura e que gostaríamos de o ver contemplado pelos fundos comunitários, seja no PT 2030 ou seja no PRR, já que se vai verificar essa disponibilidade para apoiar intervenções em espaços verdes.-----

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, abordou as seguintes temáticas relacionadas: -----

----- - com o exagero na abordagem aos cidadão pelas autoridades, nomeadamente nas Freguesias rurais, em relação ao cumprimento por parte dos condutores de tratores agrícolas das regras de uso do triângulo, do colete e do extintor, sem que previamente fosse feita uma campanha de informação, como aconteceu com a questão dos fogos florestais, porque as pessoas não têm esses conhecimentos;-----

----- - com o funcionamento da Loja do Cidadão em que são feitos agendamentos, mas o atendimento não cumpre o horário previamente indicado, sem qualquer justificação e -----

----- - com a falta de sensibilidade para com os cidadãos, na sua maioria idosos, por parte dos serviços públicos de saúde. -----

----- Concluiu afirmando que estes comportamentos dos serviços públicos não se verificam nos Concelhos vizinhos e que assim torna-se difícil fixar e atrair pessoas e empresas. Estamos atentos e não vamos abdicar de julgar este tipo de procedimentos, não no sentido negativo, mas no sentido de correção, reflexão e alerta. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as reflexões efetuadas pelo Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, questionando-o se tinha alguma recomendação para obviar estas situações. -----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, em resposta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que como tinha afirmado anteriormente há também a questão da pedagogia e não só a questão punitiva, que se impõe e que está a ser prioritária, pelo que temos de fazer chegar a essas entidades esta manifestação de desigualdade que tem acontecido e de saturação por parte das pessoas e o próprio Município, através da Senhora Presidente da Câmara ou do Vereador que seja



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsável por esses serviços, porque na realidade há serviços dos quais não há queixas, não há esta particularidade. Nós não estamos a pôr em causa esta autoridade, nós estamos a alertar que não têm sido equitativo o tratamento que tem sido feito por estes serviços aqui no Concelho e nos Concelhos vizinhos e logicamente nós ficamos a perder. -----

-----Instada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a comentar a intervenção do Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal afirmou não poder deixar de dar razão às observações sobre o atendimento de alguns serviços da Administração Pública Central, mas a ideia de que nos Concelhos vizinhos está tudo bem não é bem assim, às vezes depende de com quem se fala. ---

----- Referiu que na segunda-feira, na reunião da Comunidade Intermunicipal, fez uma intervenção a respeito de um determinado serviço e verificou que os outros colegas estavam com o mesmo problema. Nós não tutelamos a Administração Central, eles têm regras, têm orientações e espera que dentro de poucos dias os serviços possam abrir e entrar noutra normalidade que não a em que têm estado. -----

----- Sobre a atuação da GNR as multas de estacionamento estão condicionadas pela transferência de competências para o Município e sobre as restantes situações a informação que foi prestada numa reunião em que também esteve presente um Presidente de Junta, foi de que não poderiam deixar de atuar sobre a questão dos tratores, quando o registo do número de vítimas mortais é muito elevado no País e por isso têm orientações para atuarem.-----

----- Concluiu afirmando que concorda que poderia haver outra pedagogia e que só nos casos de reincidência a atuação fosse punitiva, e disso já foi dado nota à GNR. -----

----- Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que após cumprimentar todos os presentes manifestou o seu agrado pelo Parque Urbano que é uma mais valia para Anadia, soube que foi hoje discutido no Executivo o Regulamento de utilização do Parque mas acabou de receber uma fotografia onde aparecem pessoas já a tomarem banho junto à barragem no Rio da Serra.-----

----- Seguidamente efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir parcialmente, em virtude de não ter lido a totalidade do texto constante do documento escrito:-----

----- *"A questão da proteção do ambiente é uma preocupação central do PSD de Anadia. Alguns municípios, moradores na Pedralva, fizeram-nos chegar a sua inquietação sobre os efeitos nefastos derivados da poluição provocados, alegadamente, pela Destilaria de Levira. Referiram, nomeadamente, os cheiros nauseabundos e a poluição das águas superficiais e subterrâneas. Tem a Câmara conhecimento desta situação? Se tem, que medidas tomou ou pensa tomar? --- Recentemente, a Senhora Presidente reuniu com o Grupo de Cidadãos, Fazer Acontecer, a propósito da construção da Rotunda no Peneireiro. Este grupo de cidadãos está a promover uma petição a exigir a construção da dita rotunda. Tendo em conta que o PSD, por meio da minha pessoa, a questionou na última reunião..."*-----

----- Continuando a sua intervenção, mas com discurso diferente do documento entregue por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escrito, pelo que se passa a transcrever o discurso: -----

-----"numa das últimas reuniões desta Assembleia, eu penso até na altura em que saiu foi publicado um artigo de opinião de uma pessoa de Aguium à cerca da rotunda, o que é verdade eu perguntei sobre a estrada e construção da rotunda, eu sei o que me disse na altura, mas o que é verdade é que na sessão gravada que eu fui ouvir não consta a resposta. Consta a minha pergunta, mas a sua resposta não. E por isso ia perguntar se ao longo deste tempo todo, se entretanto já foram feitas algumas démarches para a construção da rotunda e em que situação é que isso se encontra." -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que hoje não foi discutido nenhum regulamento na Câmara Municipal sobre o Parque Urbano. O que foi aprovado na reunião de Câmara foram as normas de utilização de alguns equipamentos e a colocação de sinalética em diversos locais informando do que não seria permitido. -----

----- Também convidámos as forças de segurança para visitarem o Parque Urbano para transmitirmos as nossas apreensões em relação à utilização dos espaços. -----

----- O Rio da Serra não está sob a tutela do Município e as pessoas sempre tomaram lá banho e nós não o podemos interditar. Podemos interditar o lago até porque isso já aconteceu e surpreendeu-nos termos pessoas e animais a tomarem banho no lago e logicamente o espaço não se destina a esse fim. Quanto à vigilância o Parque é vigiado por três pessoas contratadas mais um efetivo, em horários distintos. -----

----- O Regulamento irá ser feito no futuro, percebendo primeiro como é que as coisas vão funcionar, de maneira a que se possam elencar um conjunto de regras, de coimas e de contraordenações que se possam aplicar, depois da pedagogia que temos de ter nestas situações.-----

----- Irá ser feito mais um investimento no Parque Urbano que toca à vigilância, com a instalação de câmaras e esperamos que seja aprovada a instalação do sistema de videovigilância pelas entidades competentes. -----

----- Sobre a questão da Destilaria de Levira é um processo muito antigo, que está a ser acompanhado pelo Ministério do Ambiente, pela CCDRC e pela Câmara Municipal e estamos todos envolvidos, mais a população, e terá de se fazer cumprir a lei. Mas não estamos de forma alguma alheios à situação das duas destilarias. -----

----- Sobre a rotunda de Aguium falarei mais para as pessoas que aqui estão, porque oportunamente tive a ocasião de as receber aqui nesta sala, vieram entregar o abaixo-assinado e obviamente o que eu me comprometi com essas pessoas foi remeter esse documento para as entidades que poderiam dar uma resposta e foi isso que foi feito, para duas situações diferentes, uma mais a norte e outra mais para sul. Penso que alguém já tenha dado uma resposta muito vaga à Junta de Freguesia.-----

----- O que posso dizer neste momento é que não tenho nenhuma resposta concreta daquilo que eu gostava de dar, mas o que me foi informado por um dos stakeholders, que estão neste



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo e que articulam com as autarquias, tratasse de um processo que irão retomar e que irá a Conselho de Administração, esperando que até ao final do mês me pudessem dar uma resposta. Portanto não posso adiantar mais do que aquilo que me foi dito por alguém do Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal, mas informar-vos que foi enviado o vosso processo, recordando obviamente todos os antecedentes e toda a troca de comunicações entre a Câmara Municipal e as entidades que têm que responder neste processo. -----

-----Seguidamente interveio o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Moita José Arlindo, do MIAP, para comentar uma notícia publicada no Jornal de Anadia que refere que as aldeias serranas da sua Freguesia estão esquecidas e abandonadas, afirmando que isso não é verdade. Como Presidente da Junta de Freguesia vou todos os fins de semana a essas aldeias, falo com as pessoas e não houve uma pessoa que me dissesse que as aldeias estavam esquecidas. Depois da publicação no dia dois de junho, logo no domingo seguinte fui à povoação do Saidinho, encontrei-me com as pessoas aí residentes e todos negaram terem feito qualquer afirmação a este respeito. Entretanto no dia dez fui a uma procissão que todos os anos é feita no Amieiro, onde as pessoas do Saidinho vieram ter comigo dizendo que não tinham dito nada. Por isso não sei a que propósito é que vêm dizer que as aldeias estão abandonadas, quando vou todos os fins de semana, com o meu carro, visitar todas essas aldeias e as pessoas sabem porque me veem lá todos os fins de semana e resolvo os problemas. Se não resolver nessa semana resolvo na seguinte. -----

-----Interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que antes de colocar as questões que tinha preparadas, teceu algumas considerações sobre os temas anteriormente abordados, nomeadamente o projeto de requalificação do Monte Crasto, propondo a suspensão do concurso para que haja uma discussão pública aberta para explicação da intervenção e sobre a questão dos tratores referida pelo Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, propôs o estabelecimento de um protocolo juntamente com as Juntas de Freguesia, no sentido de fazer formação para as pessoas, principalmente nas Freguesias em que estes casos estão sinalizados.-----

-----Seguidamente questionou a Senhora Presidente da Câmara, no âmbito da componente de apoio à família, sobre quais as medidas é que estão pensadas para o mês de agosto, uma vez que alguns trabalhadores já utilizaram o período de férias na altura do confinamento. -----

----- No âmbito da estratégia local de habitação afirmou julgar que o loteamento da Quinta do Rangel estava destinado para promover habitação de jovens e não para dar resposta a outras carências que foram sinalizadas na Estratégia Local de Habitação, pelo que questiona quantos lotes foram alienados na hasta pública a jovens casais.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal que começou por afirmar que há questões que nos devem preocupar a todos independentemente das orientações políticas que cada um possa ter. E há matérias que já foram aqui hoje abordadas que não têm cor política e nem devem ter qualquer interesse partidário. E a questão do Monte Crasto é uma preocupação de todos porque é o pulmão da nossa cidade e é a nossa história. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, informou-o que não iria suspender o concurso. Fizemos uma candidatura aos fundos comunitários e obviamente que temos concorrentes ao concurso e temos de respeitar a contratação pública, pois se suspendêssemos o concurso tínhamos de indemnizar os concorrentes. -----

----- Mas que ficassem todos tranquilos que nós não queremos descaracterizar o Monte Crasto, nós queremos requalificar. -----

----- Sobre a questão dos tratores concorda com a formação e até já foram feitas parcerias com empresas para o efeito. -----

----- Sobre a Estratégia Local de Habitação foi hoje aprovado em reunião de Câmara a proposta de acordo com o IRU para financiamento dos fogos previstos, em que o Município de Anadia apenas terá que assumir 10% ou seja 217.000,00 €. -----

----- Em relação à Quinta do Rangel colocámos à venda 17 lotes porque um dos lotes já tinha sido vendido em hasta pública há uns anos atrás. Já foram vendidos 5 lotes e vai realizar-se uma hasta pública para venda dos outros 12 lotes. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que após cumprimentar todos os presentes afirmou que as empresas que se candidataram ao programa +CO3SO ainda não tiveram qualquer resposta, questionando a Senhora Presidente se tinha conhecimento do facto.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu afirmando que não havia dinheiro suficiente para ocorrer a todas as solicitações e que ainda ontem tinha transmitido a sua preocupação à Senhora Ministra e à Senhora Presidente da CCDRC. -----

----- Seguidamente interveio a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, que colocou três questões à Senhora Presidente da Câmara: em relação ao projeto Aldeia Mais Limpa, que tem o apoio do Município, pretendia saber se existe uma calendarização e se a Câmara pretendia fazer a sua divulgação e se existe a envolvência das Freguesias, em relação à Feira do Vinho e da Vinha que está a decorrer em forma online gostaria de saber se o Município já dispõe de dados que permitam fazer uma comparação com o ano anterior e por último solicitou um comentário da Senhora Presidente sobre as obras que estão a decorrer em Ancas e que estão a provocar constrangimentos às pessoas.-----

----- Em resposta à Senhora Deputada a Senhora Presidente da Câmara afirmou que em relação ao projeto Aldeia Mais Limpa da iniciativa de voluntários e de algumas Associações, às quais o Município se tem associado, não tem conhecimento se as Juntas de Freguesia se irão associar porque têm autonomia para tomarem as suas decisões; relativamente à Feira do Vinho e da Vinha estamos a acompanhar e a nossa perceção é de que temos mais visualizações em relação ao ano anterior, mas só no final é que faremos essa ponderação; sobre as obras em Ancas queremos as ruas requalificadas mas obviamente que as obras causam perturbações às pessoas.-----

----- A Senhora Deputada e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do PNT, que após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

-----"Cumpre-me trazer a este órgão, uma questão desde sempre sensível, que diz respeito ao mais básico que temos, ou seja o nosso território, e que de uma forma ou de outra diz também respeito a todos os autarcas aqui presentes. -----

----- Como é sabido, a Carta Administrativa Oficial de Portugal, regista o estado de delimitação e demarcação das circunscrições administrativas do País, ou seja, os limites oficiais de distrito e concelho. -----

----- A competência para fixar os limites das circunscrições territoriais das autarquias recai unicamente sobre a Assembleia da República, não podendo qualquer outro órgão estabelecer alterações. -----

----- Nem mesmo o Plano Director Municipal, enquanto simples regulamento administrativo, pode proceder à fixação de tais limites, uma vez que, essa matéria está reservada constitucionalmente à Assembleia da República. -----

Ora a última versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal, CAOP2020, foi aprovada por despacho da Directora-Geral do Território em 15 de Janeiro corrente e publicado no Aviso n.º 2349/2021 do Diário da República, 2.ª série, n.º 25, de 05 de fevereiro de 2021, nos termos do disposto da alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012 de 13 de março.-----

----- Esta última versão, mantém inalterados os limites e demarcações do nosso Concelho e respectivas freguesias, sendo por este que nos devemos reger. -----

Não obstante, deparamo-nos há longos anos com esta problemática dos limites de Freguesia, quer em questões fraternais e da história dos povos, quer em questões legais e regulamentares. Mais recentemente com o CENSOS2021, constatámos (possivelmente todos os envolvidos) que, ao informatizar os limites de freguesia por zonas a régua e esquadro, impossibilitaram o acesso a habitações e a área que se encontra dentro dos limites estabelecidos pela CAOP. Exposição a ser feita aos organismos competentes. -----

-----Mas estas questões, pessoais ou de direito, resolvem-se nos organismos competentes. -----

----- O que não podemos compreender ou aceitar, é que, nesta Câmara Municipal, se opte por algumas leituras ou interpretações que não as legalmente estabelecidas pela CAOP. -----

----- Recentemente, o Secretário de Estado Adjunto e da Economia, João Neves, esteve no concelho de Anadia, no âmbito da inauguração do 'Espaço Empresa' sito no Curia Tecnoparque. O Município de Anadia aproveitou esta ocasião para homenagear as empresas do concelho que foram galardoadas com o estatuto de "PME Excelência 2020", atribuído pelo IAPMEI e visitar três empresas – A. J. Maías, Epedal e Nexxpro. Para compor a comitiva de recepção ao Senhor Secretário de Estado e posteriores visitas efectuadas, foram convidados alguns Presidentes de Junta, nomeadamente os supostamente relacionados com as mencionadas empresas. -----

----- Sra. Engª Teresa Cardoso, como bem sabe, uma dessas empresas tem sede e localização em Avelãs de Caminho, que não foi incluída na comitiva nem tão pouco teve conhecimento formal da visita e, sem ofensa, não poderia ser considerado como uma desconsideração pública



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um povo, de uma Terra e acima de tudo, da Lei que estabelece os limites de Freguesias. ----

----- Organizar uma comitiva para uma visita oficial a uma empresa, sem envolver a Freguesia onde esta está estabelecida, não só é uma quebra de protocolo como falta de consideração pelos fregueses Avelanenes. Outras formas haveria certamente de organizar este tipo de eventos de alto nível, sem beliscar leis e protocolos, ou mesmo sem desconsiderar uma Freguesia.” -----

----- Continuando a sua intervenção, mas com discurso que não constava do documento entregue por escrito, pelo que se passa a transcrever o discurso: -----

-----” Humilde como sou Senhora Presidente bastava que até a explicação que foi dada à posteriori, após a minha abordagem ao assunto ao Senhor Vereador Ricardo Manão, tivesse sido transmitida antes de tudo acontecer, seria acatado o pedido e este ponto não estaria agora aqui a ser discutido.-----

----- Mas há males que vêm por bem e Senhora Presidente Engenheira Teresa Cardoso vá propondo aos Presidentes de Junta de Freguesia que está na altura de nos sentarmos e discutir este assunto como pessoas adultas e sagazes. -----

----- Qual a necessidade de sairmos do nosso Concelho, entrarmos no Concelho vizinho e voltarmos a entrar no Concelho de Anadia para chegarmos a três habitações de Avelãs de Caminho, quando estas fazem vida noutra Freguesia. -----

----- Que necessidade há em cortar jardins, casas de habitação e quintais ao meio quando a estrada passa a um ou dois metros e podia ser o limite da Freguesia. -----

----- Como disse acima limites informatizados a régua e esquadro que é de todo necessário abolir e alterar. Agradecida” -----

----- Instada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a comentar a intervenção da Senhora Deputada a Senhora Presidente da Câmara Municipal, fez a seguinte intervenção: -----

-----” Lamento que a Senhora venha hoje a esta Assembleia Municipal expor o assunto da forma que o fez, pela simples razão que a Senhora também têm o meu contacto, seja via telefone ou seja pessoalmente, para falar sobre o assunto e já estaria mais esclarecida e não vinha agora a esta Assembleia levantar a questão. Porque basicamente a Senhora aproveita para fazer aqui uma intervenção sobre os limites da Freguesia, para pôr uma questão que tem a ver com a visita do Senhor Secretário de Estado da Economia. Resumindo e concluindo enrola tudo para dizer isso. -----

-----E agora vou-lhe dizer Senhora Presidente de Junta eu estou completamente à vontade. De fato o Senhor Secretário de Estado da Economia visitou o Concelho de Anadia e o objetivo era inaugurar o Espaço Empresa, com a AMA, o IAPMEI e a AICEP, de resto foi o IAPMEI quem organizou a situação e disse que o Senhor Secretário de Estado vem mais cedo e vai fazer visitas às empresas. Entretanto fiquei surpreendida porque para mim quando se fala em visitar e vem o Senhor Secretário de Estado e o IAPMEI e vem a AICEP, provavelmente íamos visitar outras empresas. Mas foi vontade expressa e foi por orientação do IAPMEI que fizeram uma escolha das empresas que iriam visitar. E eu limitei-me a respeitar, sendo certo que não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queriam visitar grandes empresas, mas queriam ir visitar médias empresas. Foi isto que esteve subjacente. -----

----- E portanto esse contacto foi feito e face à situação, nomeadamente às restrições da pandemia, eu não andei a fazer convites aos Senhores Presidentes de Junta e a Senhora sabe e todos os Presidentes de Junta sabem, que os convites que a Câmara faz, quando faz para uns faz para todos. E no caso em concreto como a Senhora já referiu numa das empresas a própria pessoa diz: na minha empresa só entram X pessoas. E inclusivamente pessoas que não foram convidadas pela Câmara ficaram à porta e o que aconteceu é que metade das pessoas foram embora. -----

----- Não foi a Câmara Municipal que organizou a visita nem foi a Câmara Municipal que fez os convites. Portanto Senhora Presidente da Junta estou tranquila no que respeita à situação que referenciou. -----

----- Sobre a matéria da discussão dos limites das Freguesias obviamente que concordo inteiramente, há muita questão a levantar-se, mas não me parece que seja o momento para o fazer. Mas tem de haver vontade política para levar a bom porto esta situação.” -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, informou que iria ler uma declaração, mas que antes iria fazer dois comentários. Relativamente à recolha do lixo ouviu uma reclamação de alguém que tentou junto dos serviços camarários que lhe recolhessem uma banheira antiga e quer foi informado que a Câmara não recolhia nem metal nem cerâmica, o que deixou a pessoa estupefacta e que afirmou que iria colocá-la junto ao caixote do lixo.-----

----- Relativamente aos tratores os cursos de formação realizados até agora foram todos pagos.

----- Tentou hoje junto da Câmara Municipal recolher uma informação acerca de um determinado assunto e não foi possível. Ficou admirado e só está a aguardar que lhe digam porque é que isso aconteceu. Afirmou haver alguma falta de sincronização entre aquilo que nós pretendemos saber e aquilo que nos é transmitido e é sobre uma obra de requalificação que tentou ver e não foi possível. Há alguma coisa que falhou, não é culpa de ninguém, pode ter sido uma coisa pontual, mas é só para que fique a informação. Efetivamente não foi tão rápido como pensaria que seria e não foi possível. -----

----- Seguidamente efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- “O PSD de Anadia congratula-se pela recente aprovação e promulgação da lei-quadro de criação, modificação e extinção de freguesias. Nesta matéria, o PSD de Anadia entende que se deve devolver a palavra às populações para que estas se possam pronunciar. O PSD compromete-se a respeitar a vontade das populações!” -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado e sobre a questão de que não recolhíamos metal e cerâmica, afirmou não saber quem é que colocou a pergunta e da maneira que ela foi apresentada, porque inclusivamente aceitamos a recolha de RCD que são descarregados nas oficinas municipais, não podemos é aceitar tudo. Se entender



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por bem a pessoa deverá contactar os serviços do ambiente para ser devidamente informada. --

----- Sobre a consulta ao processo de obras, provavelmente, também não sei a quem se dirigiu, mas se calhar andou por aí a passear e se calhar as coisas também não são assim. Há Chefes de Divisão e há pessoas que estão por dentro dos processos e outras não. O melhor seria combinar com o Chefe de Divisão, com o Fiscal da obra para ser devidamente esclarecido sobre a matéria. E se se trata de requalificação o Chefe de Divisão é o Senhor Engenheiro Cosme. O Fiscal da obra de momento não tenho presente. -----

----- Interveio o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro Mário Marinho, do Grupo Municipal do MIAP, para, após cumprimentar todos os presentes, prestar um esclarecimento/complemento sobre a Aldeia Limpa, informando que a Associação Desportiva e Cultural da Pedralva iniciou a atividade que é a Aldeia Mais Limpa, que começou em São Lourenço e neste momento agregou-se a Vilarinho do Bairro e é intenção, se as outras Juntas de Freguesia quiserem, alargar o âmbito da Aldeia Mais Limpa.-----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, congratulou-se com a vontade de as pessoas se sentarem para discutirem os limites das Freguesias, mas que não se debrucem sobre os documentos recentes, temos de ir aos documentos mais antigos, aos documentos mais naturais, porque nós sabemos muitíssimo bem como é que as coisas transitam de Freguesia ou de Concelho.-----

----- Terminou informando o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que fez um curso para poder conduzir o seu trator e foi com fundos da Comunidade Europeia, portanto foi de graça. -----

----- Tendo sido ultrapassado o tempo regimental previsto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, e iniciou, de imediato, o **Período da Ordem do Dia**. -----

----- **Ponto um do Período da Ordem do Dia:** *"Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"*. -----

----- Com enquadramento no ponto um do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação da atividade da Câmara Municipal, tendo esta afirmado que o documento é exaustivo, mas que há sempre falhas, porque todos os dias acontecem coisas e poderá verificar-se a falta uma ou outra situação. A intenção é no fundo fazer refletir neste documento as principais intervenções do Município, os principais investimentos, nas diferentes áreas, também dar nota dos processos que correm termos judiciais e a parte financeira, pelo que me colocarei à vossa disposição, para se por ventura quiserem ter algum assunto esclarecido ou alguma informação complementar, estarei à vossa disposição.-----

----- No período destinado à apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, intervieram: -----

----- o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros António



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Ex. mo Presidente da Assembleia Municipal, e restante mesa; -----

Ex. ma Senhora Presidente da Câmara e restantes Vereadores; -----

Ex.mos Senhores Deputados, desta Assembleia; -----

Ex.mos Representantes da comunicação social; -----

Público presente-----

Boa tarde, a todos: -----

----- Neste ponto, ao longo de todas as Assembleias em que estive presente, a Câmara resume toda a sua atividade e principalmente tudo o que vai concretizando, de forma o mais equitativa possível, pelas freguesias de todo o concelho. -----

----- Não querendo ser muito exaustivo posso, no entanto, enumerar aqui as mais significativas que aconteceram na minha freguesia nos últimos oito anos, e que foram da responsabilidade do executivo camarário, assim, posso referir: -----

- Participação nas obras de beneficiação da antiga EB1 de Monsarros; -----

- Execução do saneamento no lugar de Algeriz; -----

- Requalificação da EB1 de Vila Nova de Monsarros; -----

- Requalificação no largo Júlio José de Almeida e Largo Central em Vila Nova de Monsarros; -----

- Sintético do Campo de Vale das Cavadas, em Vila Nova de Monsarros; -----

- Instalação do Espaço Cidadão na sede da Junta de Freguesia; -----

- Requalificação da Rede de Águas e beneficiação do largo Barão de Recardães em Grada; -----

- Participação nas obras de construção do Parque da Costa no lugar de Grada; -----

- Caminho Agrícola da Várzea, no lugar de Vila Nova de Monsarros; -----

- Participação nas obras de beneficiação do Centro Cultural no lugar do Poço, dividida em duas fases, a primeira no ano 2016, estando a segunda fase, neste momento, em conclusão; -----

- Construção de Muro de suporte/vedação da via pública- Rua do Centro Cultural, em Parada; --

- Pavimentação no Parque de Estacionamento de Grada; -----

- Caminho Agrícola da Várzea, no lugar de Monsarros; -----

- Desde o ano de 2017, a prevenção florestal motorizada, projeto do Orçamento Participativo Jovem nas Freguesias de Vila Nova de Monsarros, Avelãs de Cima e Moita. Este projeto tem contado todos os anos com Associação Cultural e Recreativa de Algeriz;-----

----- Por último, neste tipo de intervenções, refiro o Parque de Vila Nova de Monsarros, inaugurado no passado dia 5 de junho e que foi o concretizar de muitas vontades e até de sonhos, nomeadamente, o das crianças que o foram testemunhando desde o ano de 2017.-----

----- A somar a estas intervenções posso referir ainda aquelas que se encontram já em execução ou em fase de procedimento, nomeadamente: -----

- Construção de Moinho de Água Museológico, em Vila Nova de Monsarros, aprovado no Orçamento Participativo do Município de Anadia do ano 2019 e que se encontra em conclusão; -

- Percursos Pedestres do Rio Angarna, nos lugares de Vila Nova de Monsarros e Algeriz, já



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

georreferenciado e que se encontra em fase de limpeza de percursos; -----

- *Percurso interpretativo: "PARADA A ANDAR", aprovado no âmbito do Orçamento Participativo do Município de Anadia do ano 2019. -----*

----- *A somar toda esta atividade do Município na minha Freguesia não posso deixar de referir-me ainda: -----*

- *Aos Acordos de Execução de Delegação de Competências que durante estes anos corresponderam a um valor monetário total aproximado de 100.000€. Esta verba permitiu um reforço do nosso orçamento para o Serviço de limpeza e manutenção das vias e espaços públicos, em todos os lugares da freguesia e da EB1 de Vila Nova de Monsarros. -----*

- *Aos Acordos Pontuais para obras que corresponderam a um valor monetário total aproximado de 180.000€. Esta verba com reforço do orçamento da Junta, permitiu realizar as seguintes obras: -----*

- *Anos 2014, 2015 e 2016: Obras de requalificação e beneficiação da sede da Junta de Freguesia, num total de 60.000€; -----*

- *Ano 2017 - "Obras de Intervenção nos Equipamentos/edifícios da Junta de Freguesia, nomeadamente Edifício Sede, cemitérios de Vila Nova de Monsarros e de Grada, placas identificativas em alvenaria, lavadouros, fontanários, bebedouros em todos os lugares da Freguesia ";-----*

- *Anos 2018 e 2019 - Arranjos Exteriores na Rua N.ª Sr.ª das Neves/Rua Cosme Ramos Dias em Vila Nova de Monsarros e Parque de Lazer de Monsarros; -----*

- *Ano 2020 - Instalações sanitárias e aparelhos de Fitness no Parque de Vila Nova de Monsarros e Assentos de Ecopontos e contentores de resíduos domésticos em todos os lugares da Freguesia; -----*

- *Ano 2021 - Obras de requalificação e beneficiação dos cemitérios de Vila Nova de Monsarros e Grada. Empreitada em execução neste momento. -----*

----- *Esperando não ter sido demasiado exaustivo penso que é da maior justiça e da maior oportunidade esta minha descrição, pois permite desde logo concluir que as intervenções percorreram todos os lugares da Freguesia e revelam alguma equidade na distribuição. -----*

----- *Porque é de inteira justiça expresso, em nome dos meus fregueses, o agradecimento público à Presidente da Câmara e a toda a sua Vereação. -----*

----- *Ainda sem terminar esta minha intervenção, deixo aqui a minha preocupação traduzida num lamento e também num pedido: -----*

- *o lamento vai para duas situações, pelo facto de que depois de ter realizado na Freguesia um longo procedimento concursal para um Assistente Operacional-coveiro, em substituição do nosso funcionário que se encontra doente e em processo de pré reforma, concurso ao qual se candidataram duas pessoas, que no entanto desistiram na fase da prova de conhecimentos. Deixo aqui este lamento e o quanto condiciona o dia a dia da atividade da Junta. -----*

----- *A outra situação a lamentar e complementar ao que acabei de informar é a dificuldade que neste momento existe para encontrar mão de obra disponível de forma a dar resposta à limpeza*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos diversos espaços públicos e que são da responsabilidade da Junta; -----

- sabendo, que está previsto brevemente obras de pavimentação em todas as freguesias deixo aqui o meu pedido para que tal se concretize, pois, sou de opinião que é nesta área que a minha freguesia se apresenta muito deficitária e com vias a necessitar de urgente intervenção. -

----- Agradecido pela atenção dispensada. Tenho Dito.” -----

----- Interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para recordar que houve uma pergunta no ponto anterior à qual a Senhora Presidente da Câmara Municipal se esqueceu de responder e que tinha a ver com a componente de apoio à família.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado informando-o de que o Período de Antes da Ordem do Dia já tinha sido encerrado. -----

----- Recomeçando a sua intervenção o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, deu nota da dificuldade de alguns Municípios da Freguesia de Sangalhos fazerem a ligação à rede de saneamento e informou que tentou aceder às plataformas SILiAmb e ERSAR mas sem sucesso.

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal para registar a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros e a sua satisfação por aquilo que conseguiu concretizar. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, informou-o de que temos tudo pronto para que eventualmente o processo das férias desportivas avance, mas com restrições e seguindo todas as orientações da Senhora Delegada de Saúde. Quanto aos trabalhadores não sei a quem é que se estava a referir, se era aos Professores, se era aos Funcionários da Câmara, porque os nossos no período da pandemia não foram de férias, este ano ficaram todos ao serviço. Quanto à questão do saneamento elencou essas situações, mas eu registo ainda mais, mas estamos a trabalhar para resolver essas situações. Temos uma grande taxa de cobertura da rede de saneamento, não temos é uma grande taxa de adesão. Quanto aos dados das plataformas eu não tenho acesso aos dados a não ser que tenha um código de acesso, os funcionários que têm acesso às plataformas têm o seu código próprio e só assim é que se consegue aceder. Através dessas plataformas não será partilhada essa informação, mas poderás estudar-se outra via. -----

----- O Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos António Floro, do Grupo Municipal do MIAP, após cumprimentar todos os presentes, interveio sobre o orçamento participativo e a consequente construção do Miradouro de Sangalhos e da futura recuperação do Moinho da Póvoa do Castelo e transmitiu o seu orgulho pela inauguração do Museu 2 Rodas. ----

----- Interveio o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima Manuel Veiga que após cumprimentar todos os presentes, abordou algumas obras executadas na sua Freguesia, nomeadamente o abastecimento de água à povoação do Corgo e a criação do Centro Interpretativo da Água e da Floresta na antiga Escola Primária de Canelas, em resultado do orçamento participativo jovem.-----

----- A Senhora Deputada Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, criticou a tendência de as pessoas nas redes sociais apenas apontarem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defeitos a esta Câmara Municipal e dar conta da iniciativa ligada ao apoio ao comércio local, através da atribuição de vouchers "Anadia Estamos Juntos" e registar com agrado os prémios atribuídos no âmbito do "AnadiaInvest". -----

----- Concluiu afirmando que é um pouco o vício dos portugueses de salientar só os aspetos negativos, quando não damos conta dos muito positivos. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para solicitar informação sobre a hasta pública das varandas do parque. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal que começou por elogiar os orçamentos participativos e para informar que por vezes os projetos que surgem são de difícil execução. -----

----- Em relação aos vouchers informou que temos a colaboração da ACIB para um trabalho de proximidade com o comércio local para podermos alargar a rede de lojas aderentes. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a hasta pública ficou deserta. -----

----- O Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP, abordou a questão relacionada com as perdas de água do sistema de regadio da Várzea de Arcos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal interveio informando que reuniu com os agricultores e que o projeto de regadio da Várzea de Arcos foi sinalizado no PDR 2020, enquadrado nas propostas que apresentámos à Comunidade Intermunicipal. Falta agora trabalhar na solução final com os principais interessados, que são os regantes, nós Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Poderá ser feito um reaproveitamento, mas o investimento é elevado e temos de trabalhar para obtermos fundos para a concretização dessa solução que todos nós preconizamos. Se for à custa do orçamento municipal terá de ser feito por fazes porque ainda é um investimento avultado. -----

----- **Ponto dois do Período da Ordem do Dia:** *"Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2020, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de 2020, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia."* -----

----- Com enquadramento no ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para passar a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Manão que acompanhou todo este processo de elaboração destes documentos a par com o nosso Chefe de Divisão Financeira que também está aqui presente.-----

----- Naturalmente já todos perceberam que os documentos que foram apresentados têm outro registo, foram feitos num outro sistema contabilístico, que deu um trabalho acrescido. -----

----- O Senhor Vereador irá dar algumas informações, obviamente que já todos tiveram acesso



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao mesmo, sabem dos resultados que foram alcançados, das percentagens de execução, das percentagens da despesa e da receita, do que foi comprometido já para 2021 e obviamente do saldo de gerência que obtivemos e que já em março nos foi permitido, de acordo com a lei, transitar para o orçamento de 2021.-----

----- Pese embora o resultado líquido negativo pelas razões que serão apontadas, obviamente que o saldo de gerência ainda foi de um valor significativo e que reforçou já o orçamento de 2021.-----

----- Temos a certificação feita pelo nosso revisor, pelo nosso auditor externo e congratulamo-nos por termos nesta certificação um documento que não tem qualquer reserva à informação que lhes foi prestada.-----

----- Devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal o Senhor Vereador Ricardo Manão, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção:--

-----" *2020 começou por ser um ano atípico a todos os níveis, provocado pela pandemia, obrigando a Câmara Municipal a adaptar a sua estratégia em função da evolução da mesma, prestando apoio a todas as entidades de saúde, bombeiros, forças de segurança, instituições e Juntas de Freguesia.*-----

----- *Entre as múltiplas ações destaque para o Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Tecido Social e Económico, que se consubstanciou nos apoios às populações, às empresas, às associações e demais instituições do Concelho: culturais, recreativas e desportivas.*-----

----- *Ao nível da contabilidade foi também um ano bastante exigente, porque marca a transição do normativo contabilístico do antigo POCAL para o SNC-AP, para o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas, um normativo mais exigente que obrigou a inúmeras reclassificações, reconhecimentos, desconhecimentos, remensurações e divulgações, sobretudo ao nível do ativo, a grande diferença que houve face ao POCAL foi o número de anos de depreciação ao nível dos edifícios, que no POCAL podiam ser depreciados a 80 anos e no SNC-AP o período máximo será de 50 anos.*-----

----- *Em termos de receita verificámos em termos orçamentais uma execução na ordem dos 93,02%, apresentando uma variação ligeira de 3,72% relativamente ao ano de 2019, atingindo o montante de 22,230 milhões de euros, isto sobretudo devido a duas situações: aumento das transferências de capital de verbas provenientes quer do OE 2020 quer de participações de fundos comunitários ao investimento e também por via do aumento dos passivos financeiros, sobretudo devido ao recebimento das primeiras 2 tranches do empréstimo contratado junto do BEI, para a construção do Parque Urbano de Anadia, na parte não participada por fundos comunitários. Independentemente desses aumentos conseguiram efetivamente compensar a diminuição das receitas correntes, em virtude das medidas tomadas para apoio às famílias, empresas e instituições, no âmbito do estado de pandemia provocado pela COVID-19. Tivemos menos receita corrente, mas por outro lado maior receita de capital e por seu turno uma variação positiva face ao ano transato no orçamento da receita quanto à sua execução.*-----

----- *Quanto à despesa a execução orçamental manteve-se também em níveis elevados na*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ordem dos 85,36% atingindo 20,400 milhões de euros, apresentando uma ligeira diminuição de 2,30% face a 2019. Diminuição das despesas correntes devido ao cancelamento de inúmeras atividades devido à pandemia, tendo sido canalizadas verbas de aproximadamente 800.000 mil de euros para a prevenção e mitigação da pandemia e houve um aumento nas aquisições de bens de capital, apesar do ano atípico e das paragens de algumas empreitadas provocadas pela pandemia.-----

----- Ao nível das GOP, Grandes Opções do Plano verifica-se também uma execução elevada de 80,64%, apresentando um decréscimo de 4,86% face ao ano anterior, tendo comprometida uma taxa de 96,18% e tendo sido atingido um montante de praticamente 9 milhões de euros. --

----- Os maiores montantes comprometidos foram canalizados para as funções gerais, sociais e económicas como tem sido hábito nos últimos anos. -----

----- Ao nível do endividamento verificou-se um acréscimo de 289 mil de euros devido ao recebimento das 2 tranches do novo empréstimo, tendo sido deduzidas as amortizações de capital de empréstimos anteriores, apresentando ainda uma margem disponível de endividamento de 1,960 milhões de euros. -----

----- O saldo de gerência atingiu um montante bastante superior a 2019, tendo atingido 2,176 milhões de euros, dos quais 1,830 milhões de euros correspondem ao saldo de operações orçamentais. -----

----- Quanto à parte financeira das contas, nomeadamente no que diz respeito ao Balanço e Demonstração de Resultados e seu anexo, verifica-se uma diminuição do ativo em 5,130 milhões de euros, devido aos desreconhecimentos, bem como à retrospetividade das depreciações dos ativos em virtude da redução dos períodos de vida útil em SNC-AP, um aumento das outras contas a receber, correntes e não correntes, na ordem dos 2,787 milhões de euros devido ao reconhecimento da concessão da rede de distribuição de energia à E-Redes, um aumento das disponibilidades de 1,127 para 2,279 milhões de euros, um aumento do passivo em cerca de 6,611 milhões de euros dos quais 5,945 milhões dizem respeito ao reconhecimento da concessão da rede de distribuição de energia à E-Redes e verificámos analisando a demonstração de resultados um resultado antes de depreciações e impostos e gastos de financiamento positivos superiores a 2019 na ordem dos 7,217 milhões de euros, claramente denotando um equilíbrio das contas municipais.-----

----- Obviamente que após depreciação e com todos estes ajustes de transição relacionados com a nova forma de reconhecimento dos ativos, tivemos um montante de mais de 8 milhões de euros de amortizações e, portanto, temos um resultado líquido negativo de 1,478,000 euros com as depreciações de 8,606,000 euros de depreciações do período. Uma autonomia financeira que permanece em valores francamente elevados, atingindo 90,56%.-----

-----E uma nota de fato como a Senhora Presidente já deu indicação que a certificação legal de contas não apresenta qualquer reserva por parte dos ROC pelo segundo ano consecutivo e num ano tão exigente em termos de normativo contabilístico e tão atípico como foi este.-----

----- Estou ao dispor para qualquer questão, assim como o Dr. João Paulo e a Dr.ª Fátima." ----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para se regozijar pelo documento de prestação de contas de 2020 apresentado, afirmando que o relatório está mais explícito porque apresenta as justificações técnicas, financeiras e económicas de todos os procedimentos, percutíveis para qualquer cidadão. -----

----- Terminou afirmando que se trata de um documento estruturante, muito bem construído e por isso felicita o Município pela capacidade que teve e pela nota final do auditor externo, que teve o cuidado de o classificar sem reservas. Para quem tem dúvidas sobre a situação financeira e a forma como o Município de Anadia se apresenta, está aqui, cabalmente preto no branco, o estado de saúde financeiro do Município de Anadia. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que efetuou uma análise económico financeira da prestação de contas do ano 2020, alertando para a diminuição de alguns indicadores dependentes da transferência da Administração Central e teceu algumas considerações sobre a demonstração dos fluxos de caixa. -----

----- Terminou afirmando que o seu sentido de voto destas contas terá subjacente, e não podia deixar de ser, os seguintes princípios. Primeiro responsabilidade, segundo ética e deontologia profissional e por fim coerência. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara que em comentário à intervenção do Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmou que o ano de 2020 foi um ano atípico e que a Câmara não faltou com as medidas de apoio a quem de direito, que tivemos no passado e que continuamos a ter no presente. -----

----- Seguidamente interveio o Senhor Vereador Ricardo Manão, que prestou alguns esclarecimentos e teceu algumas considerações em relação à intervenção do Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

----- Devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio o Senhor Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental João Paulo Anjos, que prestou esclarecimentos sobre a transição para o novo sistema contabilístico SNC-AP e sua implementação. -----

----- Seguidamente e também devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio a Senhora Chefe da Divisão de Desenvolvimento Organizacional Fátima Azevedo, que prestou esclarecimentos sobre o aumento das despesas com pessoal, nomeadamente devido ao aumento do salário mínimo nacional e consequente aumento das despesas com a Segurança Social, com a necessidade de recrutamento de funcionários para o sector da educação, com a criação do Gabinete de Proteção Civil e por último com o descongelamento das carreiras. -----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que não põe em causa os valores, antes pelo contrário, mas que apenas fez a exposição para chegar à conclusão de que com o aumento dos custos fixos constantemente, a capacidade do Município e dado que as receitas têm tendência a estabilizar e não para



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumentarem, cada vez mais será o valor disponível para fazer investimentos em capital.-----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que o objetivo de todos é avaliar o estado e a saúde financeira do Município. Concorde em grande parte com as observações tidas até ao momento, mas não podemos esquecer que a diminuição das receitas próprias se devem ao confinamento, não havendo faturação nos serviços prestados num ano normal. -----

----- Seguidamente interveio novamente a Senhora Presidente da Câmara afirmando que em relação aos custos com pessoal e encargos fixos é bom que tenham a noção que nós temos custos fixos com o serviço de águas, do saneamento e dos lixos que os outros Municípios não têm. E isto implica, pessoal, implica equipamentos, implica gastos de eletricidade, implica gastos de combustível, implica gastos imensos de conservação e de manutenção. Esta é uma realidade de que nós não nos podemos alhear e queremos ter estes serviços que têm sido uma mais valia para o Município de Anadia, porque pagamos menos tarifas de água, menos tarifas de saneamento, menos tarifas nos lixos. Não sei se vai poder continuar assim, até porque esta semana tivemos outra abordagem sobre a questão das tarifas do lixo e vamos ver como é que as coisas vão funcionar. Isto é algo de que as pessoas não se podem esquecer, que é um bem que nós temos porque é uma prestação de serviços direta, de serviço de proximidade em relação aos nossos cidadãos, que é o que não acontece nos outros Concelhos. -----

----- Mas isto tudo custa muito dinheiro para nós termos esta prestação de serviços que é fundamental e que eu espero que se conserve durante muitos anos, pese embora todas as pressões que possam existir sobre a aplicação das tarifas, por parte da ERSAR. -----

----- Ainda hoje em reunião de Câmara foi aprovado um documento sobre o subsídio de perigosidade e salubridade, de que o Senhor Deputado Rui Bastos gosta de falar mas hoje esqueceu-se disso, mas depois de analisado e de acordo com as orientações do orçamento de estado, seguiu os trâmites todos, mas chega o final do ano e isto tem um custo para a Câmara de mais noventa mil euros.-----

----- Interveio a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- *"Apreciando a prestação de contas não podemos deixar de verificar que apesar de o ano transato ter sido um ano excecional e com repercussões inesperadas o executivo não se distanciou dos objetivos fixados, tendo de certa forma conseguido equilibrar a prossecução dos propósitos traçados com a mitigação dos efeitos da Covid-19, sem prejuízo daqueles que não puderam ser abraçados e que tiveram naturalmente que ser adiados.*-----

----- *De fato, o relatório e contas apresenta uma elevada taxa de execução orçamental, aumentando face a 2019.* -----

----- *Voltamos a fazer alusão à margem de endividamento do Município, que nos preocupa, pois se no ano de 2019 a margem ascendia à importância de €5.578.801,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil e oitocentos e um euros), no ano de 2020 assistimos à diminuição desta margem, situando-se agora em €1.960,000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil),*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem como ao resultado líquido negativo que ainda se evidencia neste ano.-----

----- Por fim, destacar ainda que as rubricas com maior peso nas Grandes Opções do Plano (GOP) e como tal com maior valor despendido dizem respeito às funções sociais, gerais e económicas, o que entendemos serem funções e áreas de carácter prioritário.-----

----- Continuando a sua intervenção, mas com discurso que não constava do documento entregue por escrito, pelo que se passa a transcrever o discurso: -----

-----" sendo que ainda há muito a fazer também nestas áreas. Antecipando o sentido da votação o nosso voto será favorável." -----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando que relativamente à análise do documento da prestação de contas a discussão tem-se centrado no domínio económico e financeiro, no entanto não podemos ficar indiferentes à análise das medidas que deram sustento, no fundo, a um documento previsional que serve de base a este relatório de contas que foi o orçamento.-----

----- De toda a forma a que foram geridas as ações e as medidas levadas a bom porto, de forma a proporcionar aos Municípios as medidas que consideramos prioritárias e essenciais para o seu bem-estar, têm que ser analisadas. Temos de fazer uma introspeção do que porque é que isso foi ou não cumprido e quais os motivos que levaram a esse incumprimento e procurar retirar ilações sobre propostas de melhoria. -----

----- Sobre os apoios que foram dados há que reconhecer que o Município adotou um apoio extraordinário ao tecido social e económico de Anadia. -----

----- Há que reconhecer também a questão, apesar de ser fora da minha área, das dificuldades que foram criadas pela questão contabilística desta mudança toda. -----

----- No primeiro momento da pandemia algumas medidas e ações de apoio poderiam ter sido mais robustas e mais céleres, mas no segundo momento tivemos toda a capacidade para ir buscar as ilações do primeiro e poder ajustar e melhorar. -----

----- Por todo o reconhecimento que efetivamente acabei de dizer, e só por esse sentido, o PCP vai votar favoravelmente. -----

----- Para terminar colocou as seguintes questões: -----

----- - Na questão da participação na BTL foram previstos inicialmente 45.000,00 euros e apesar de ela não se ter realizado houve um investimento muito superior ao previsto de 52.338,00 euros;-----

----- - No valor inscrito na requalificação ambiental dos leitos e margens dos rios do Concelho, se aí está implícita a verba que foi aplicada nas margens atrás do Parque Urbano. -----

----- - No último orçamento tive a oportunidade de lhe perguntar sobre a questão da requalificação das galerias Fausto Sampaio e a Senhora Presidente referiu que foi uma obra de que abdicaram e por isso não aparecia no orçamento para 2021. No entanto verifico que houve um gasto e pergunto a que se refere esse gasto. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a Senhora Presidente da Câmara afirmou que relativamente à proteção do meio ambiente, da conservação da natureza e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

requalificação ambiental dos leitos e margens dos rios, foi a despesa que foi feita no tratamento das margens do Rio da Serra.-----

----- Sobre a questão da BTL como sabe nós já tínhamos tudo elencado: os procedimentos, o espaço reservado, porque temos de o reservar de um ano para o outro e até eramos Município convidado, estávamos num sítio estratégico, e fizemos a aquisição de equipamentos e do stand e ficou pronto para este ano, até porque a BTL ficou adiada para 2021, mas o que é certo é que o equipamento está como foi entregue e está guardado. Acontece que não foi feita em 2021, quiçá em 2022 haja BTL e se possa apresentar esse stand. -----

----- Só uma questão Senhor Deputado quem devia intervir no comércio em determinados apoios seria o Estado. E o Estado tardou em tomar as medidas e reclamavam que deveriam ser as Câmaras. Mas é preciso que a Câmara tenha legitimidades para poder fazer a intervenção e isso só aconteceu mais tarde. E permitiu à Câmara fazer intervenções e apoios de forma direta, até nas aquisições dos bens e nas intervenções que não estavam propriamente dentro das competências que lhe cabiam. E portanto nós tardámos mas estamos de consciência tranquila porque atuámos de acordo com a Lei. E ainda hoje nós temos perguntas do Tribunal de Contas e da DGAL daquilo que vamos gastando e como é que foi feito. Provavelmente daqui a mais uns tempos haverá auditorias às Câmaras Municipais. Só agora é que saiu uma medida de apoio aos Municípios para as despesas COVID, que serão comparticipadas a 100% até ao limite de 150.000 euros. -----

----- Terminou pedindo desculpa porque não entendeu a última pergunta do Senhor Deputado. -

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, repetiu a última questão colocada, relacionada com as galerias Fausto Sampaio. -----

----- Em resposta à questão reformulada a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou o Senhor Deputado que a intervenção que pretendiam fazer na Rua Fausto Sampaio e que incluía as galerias São Sebastião não foi aceite no âmbito das ações que propusemos ao PARU, pelo que a intervenção nas galerias, que são da responsabilidade do Município, foi retirar todo o revestimento e voltar a impermeabilizar a cobertura de todo o espaço onde já chovia.-----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para reforçar a sua intervenção e para afirmar que houve medidas que muito provavelmente poderiam ter sido feitas de outra forma. -----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea I) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – conjugado com os art.ºs 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, deliberado aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2020, bem como apreciou a Certificação Legal das Contas de 2020 e o Património do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e três abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves e Filipa Cardoso Tomás, do Grupo Municipal do PPD/PSD e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que passou a apresentar a declaração de voto que se transcreve na íntegra:-----

"Declaração de voto-----

Os documentos relativos à Prestação de Contas relativas ao ano de 2020 merece, por parte da bancada do MIAP, subscritores desta declaração de voto, o seguinte esclarecimento, resumido:

1.- da globalidade dos factos: -----

1.1.- os valores da receita ascenderam a 22.230 milhões de euros, apresentando um grau de execução acima dos 93%; -----

1.2.- os valores da despesa ascenderam a 20.400 milhões de euros e com um grau de execução acima dos 85%; -----

1.3.- as Grandes Opções do Plano (GOP) apresentam um grau de execução superior a 80%; no entanto, a taxa de execução do montante comprometido ultrapassa os 96%; -----

1.5.- não fosse o aumento das depreciações do período em 1.597 milhões de euros, o resultado líquido do período seria positivo (consequências dos procedimentos novos a que o novo SNC – AP obriga);-----

1.6.- os indicadores de gestão financeira (do lado da receita e da despesa) e do balanço, na quase totalidade, estão melhores que em anos anteriores; -----

1.7.- os princípios subjacentes à gestão pública, pelo exposto também no relatório e parecer do auditor externo, foram cumpridos, apresentando uma imagem verídica e adequada da situação contabilística e patrimonial do município; -----

2.- da decisão: -----

2.1.- pelos factos expostos e discutidos o nosso voto foi favorável." -----

----- **Ponto três do Período da Ordem do Dia:** *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, de acordo com o estabelecido na alínea h) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA." -----*

----- Com enquadramento no ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta afirmado que o plano seguiu todos os trâmites que a lei determina, desde a abertura do procedimento, ao espaço de receção de contributos, à



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elaboração da proposta que foi à reunião de Câmara, depois o período de discussão pública, recolhemos novamente os contributos no âmbito do período de discussão pública e foi fechado o documento.-----

----- Obviamente tivemos uma empresa externa que nos acompanhou neste processo e contamos com a colaboração e a experiência da Engenheira Catarina Pereira e do nosso Coordenador Municipal de Proteção Civil, que acompanharam todo este processo. Hoje não está cá a empresa para apresentar este plano, porque eles conhecem sobejamente o documento, que é de leitura fácil, cumpre todas as diretivas dos cadernos que nos chegaram para a elaboração deste documento, que já foi aprovado no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, já teve o parecer favorável da ANPC e é agora apresentado à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Para qualquer questão de pormenor se entenderem por bem apresentar temos connosco a Engenheira Catarina e o Comandante Bruno que poderão prestar os esclarecimentos que forem solicitados.-----

----- Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para referir que apenas hoje de manhã consegui fazer o download da matéria que estão a discutir. Não conseguiu tirar até ontem à noite, não aparecia no acesso reservado, primeiro aparecia uma mensagem a dizer que a página não estava disponível. Ontem à noite ficou disponível. Não consegui tirar ontem à noite. Só hoje de manhã é que tirei, portanto nem sequer vou discutir o assunto porque não tive tempo para analisar a situação. Lamento, vou abster-me porque também não tenho razões para votar contra, mas fica aqui o meu lamento por não ter podido sequer consultar a matéria, porque não tinha disponibilidade. A partir de hoje das dez horas quando consegui extrair toda a informação que estava no acesso reservado. -----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando não entrar na questão dos lamentos, mas efetivamente no dia 17 de junho consegui fazer o download imediato dos 4,49 gigabytes deste documento sem problema absolutamente nenhum.-----

----- Relativamente ao documento ele caracteriza-se por ter estas características: é um documento exaustivo porque efetivamente, como já disse a Senhora Presidente da Câmara, envolve e cumpre todas as variáveis da lei mas também as exclusivas do nosso Concelho; é sólido porque articula estas variáveis com as entidades com responsabilidades nesta área; é extenso porque reflete e descreve as funções dessas variáveis; é robusto porque permite respostas em qualquer situação de calamidade, salvo as extremas, porque nós sabemos que as extremas têm aqui um ponto depois de comportamentos que precisam de outras nuances; e é também um documento técnico e científico muito bom, porque reúne a opinião de pessoas muito experientes em ambiências, novos conhecimentos e competências.-----

----- Terminou afirmando que o Grupo Municipal se congratula com o documento com mais de 400 mapas e, portanto, temos todos os motivos para votarmos favoravelmente este documento. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio novamente o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para informar que o lamento deve-se a que no dia 17 ao fim da tarde, foi quando foi mencionado por sms que se encontrava disponível na área reservada o material para consulta. Eu efetivamente desloquei-me à área reservada e disse-me que a página não se encontrava disponível. Procedi à impressão do resto do material para estudo e a partir daí diariamente consultei. Quando vim na sexta-feira aqui à Câmara Municipal junto do Cândido não referi essa situação porque pensei que durante o fim de semana ficaria disponível. Não ficou. Congratulo-me por pelo menos alguém tenha conseguido no dia 17 sacar uma coisa que eu não consegui. Tive azar. -----

-----Seguidamente interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para dar os parabéns pelo trabalho que foi desenvolvido neste documento pormenorizado e tão essencial para o nosso Município e ao qual até o PCP teve a oportunidade de participar na sua redação, com alguns contributos no período de discussão pública. Evidentemente todos os argumentos apresentados como resposta às questões e observações foram satisfatórias, mas dou-me por satisfeito pelos resultados alcançados. Especialmente a questão que há probabilidade de virmos a ter rios navegáveis no nosso Concelho, pelo menos estava previsto legislar essa situação. Mas votarei favoravelmente este plano. -----

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – conjugado com o n.º 2 do art.º 5.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Victor Manuel Santiago Tavares, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e duas abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar e João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves e Filipa Cardoso Tomás, do Grupo Municipal do PPD/PSD, os Senhores Deputados Ana Paula dos Santos Alves Allen e José Arlindo Fernandes Simões, do Grupo Municipal do MIAP e a Senhora Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP.-----

----- **Ponto quatro do Período da Ordem do Dia:** *"Apresentação, discussão e votação do projeto final do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA."* -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Com enquadramento no ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta afirmado que o projeto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Anadia seguiu também os trâmites que a lei determina, com a abertura do procedimento pela Câmara Municipal, com a recolha de contributos, que logicamente é sempre muito dúbio como é que as pessoas dão contributos para algo que desconhecem. Há aqui um grande hiato de tempo entre a deliberação que tomámos e este documento final, em que ficámos à espera da alteração do RJUE, entretanto também nós próprios nos estruturámos, outros serviços foram acrescentados e isso também nos deu a possibilidade de hoje termos um documento mais completo, mas sabemos que as transferências de competências eventualmente obrigarão a fazer alguma adenda a este mesmo documento. Também nos orientámos pelos Municípios vizinhos para que não haja grande discrepância de valores. -----

----- Este processo envolveu vários serviços do Município de Anadia com a coordenação da Dr.ª Fátima Dourado. Mas a parte financeira esteve sempre envolvida, tanto mais que à parte da proposta das taxas temos ainda o estudo da fundamentação económico financeira que foi feito por um auditor externo, mas com o nosso acompanhamento. -----

----- Terminou afirmando que se houver alguma questão e que esteja acessível a resposta, estarei à vossa disposição. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para deixar uma nota que é muito importante para nós e que nos deixa muito satisfeitos, é que este novo documento é efetivamente um documento basto, é um documento bastante equilibrado, tendo a Câmara Municipal o cuidado de não transpor esta cobrança de taxas para valores que pudessem ser ainda mais penalizantes para os Anadienses, pois os valores parecem-nos ser perfeitamente aceitáveis para a maioria dos Anadienses e serão de certeza absoluta bem entendidos por todos eles.-----

-----Interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando que este documento para além de uma atualização de preços julgo que também procede a uma certa simplificação de alguns processos, com a eliminação da necessidade de algumas licenças ou autorizações. Não sei se estou correto. Caso esteja correto, confesso que receio um pouco que isto possa vir a promover alguns atos mais displicentes com o cumprimento das regras. E a pergunta que deixo é se foi equacionada esta possibilidade, e na eventualidade de ter sido equacionada, se foi delineada alguma linha de atuação específica, caso se venha a verificar.-----

----- Em resposta a Senhora Presidente da Câmara afirmou não sei se o Senhor Deputado leu o documento todo. -----

----- É evidente que as taxas que não eram necessárias foram eliminadas e as outras tiveram de ser atualizadas e falo sobretudo na parte do urbanismo, cuja atualização foi feita de acordo com o novo regime. -----

----- Mas nós não tínhamos alguns preços a praticar na questão do canil, não tínhamos por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo preços a praticar para a venda dos ossários ou dos gavetões no Cemitério, não tínhamos algumas taxas e não preços, não tínhamos valores atualizados para o fornecimento de alguns suportes digitais e portanto houve a atualização em função do que é a prestação de serviços do Município de Anadia e estou só a dar alguns exemplos.-----

----- De resto e de acordo com a lei há sempre o artigo oitavo que refere as isenções ou reduções e só nessa situação é que os pedidos serão passíveis de análise e deliberação do Executivo Municipal, como já acontece agora. Estou a falar do capítulo das isenções ou reduções onde constam as situações que podem ser objeto de análise. Se for uma situação mais complicada só vejo uma forma possível é que seja a Assembleia Municipal a deliberar. -----

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida nas alíneas b), c) e g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alíneas b), c) e g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Anadia , encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e Filipa Cardoso Tomás, do Grupo Municipal do PPD/PSD e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP.-----

----- **Ponto cinco do Período da Ordem do Dia:** *"Discussão do Relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição, de acordo com o estabelecido na alínea h) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA."* -----

----- Com enquadramento no ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário. -----

-----Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal de PPD/PSD, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- *"O PSD de Anadia vem lamentar que só em 2021 é que esta Assembleia se tenha dignado discutir publicamente o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição. O PSD lamenta também que só em 2021, a Câmara Municipal tenha cumprido a obrigação legal de elaboração do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição. O PSD de Anadia vem solicitar à Presidente da Câmara de Anadia que corrija o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição, para que nele conste o seguinte: -----*

----- A Câmara Municipal de Anadia não cumpriu o direito de consulta prévia (art.º 5.º/3 e 4 da Lei n.º 24/98) porquanto não foi respeitado o direito de os titulares do direito de oposição serem ouvidos com a necessária antecedência sobre as propostas do orçamento e plano de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividades, antes da sua aprovação final no órgão executivo.-----

----- O PSD não pode, não deve e não quer pactuar com ilegalidades. A Senhora Presidente da Câmara sabe ou devia saber que a reunião com os titulares do Direito de Oposição deveria ser precedida pelo envio com antecedência razoável das propostas do respetivo orçamento e do plano de atividades.” -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado João Gaspar, afirmando que o PSD também andou a dormir, só se lembrou este ano que nós não apresentávamos o relatório do direito de oposição. Eu vou-lhe dizer eu não vou alterar nada no relatório. O relatório foi presente à Câmara, cumpriu o que estava na lei. É a primeira vez que apresentamos o relatório, tive a oportunidade de o comparar com outros Municípios e não há grandes diferenças. O que a lei determina é que os partidos políticos devem ser ouvidos, não está lá escrito que a Câmara Municipal tem de mandar os documentos para que os elementos tenham de se pronunciar sobre eles. O que diz o estatuto de oposição é que os partidos políticos têm de ser ouvidos. -----

----- E queixa-se o PSD de quê, que ainda há dois anos foi chamado para vir para uma reunião e disseram que não receberam o mail, que o mail era outro. Isso foi o que aconteceu. E no ano passado chamámos novamente o PSD, tal como os outros partidos e os outros vieram e o PSD não veio. Só o PSD é que se está a queixar de que não teve os documentos, os outros partidos não se queixaram e vieram e apresentaram contributos. Apresentaram o ano passado e apresentaram há dois anos, portanto têm apresentado contributos. Coisas mais imateriais que às vezes são difíceis de contabilizar enquanto investimento, mas deram as suas ideias, nem que fosse a estratégia que eles efetivamente tinham delineado ou gostavam que estivesse espelhada no orçamento. Pelo que não vejo qual a razão de queixa do PSD que tem estado completamente ausente das discussões principais da Câmara Municipal. Seja pelos Vereadores, aliás eles concordam com tudo, neste mandato há uma quase unanimidade com tudo. Ainda há dias a Senhora Vereadora se justificou afirmando que quando achasse que se devia manifestar se manifestava, portanto, é que concordavam com as estratégias da Câmara. -----

----- Relativamente aos Senhores Deputados que têm assento nesta Assembleia só vos estou a ouvir agora, pela primeira vez em quatro anos a levantarem estas questões sobre o relatório do direito de oposição. Se calhar é o momento para levantarem esta questão. Se calhar até há aqui algum interesse para discutir esta matéria, mas o Senhor Deputado ainda há pouco acabou de dizer que para discutir o Plano Municipal de Emergência nem sequer abriu o documento. O que é que vocês cá estão a fazer, que responsabilidade é a vossa. Matérias importantes os Senhores não estão preparados, não estudam a matéria e agora estão a querer criar um clima de suspeição sobre um documento sobre o qual nem se dignaram fazer sugestões por escrito. Não marcaram presença e não se justificaram. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando que o relatório é do direito de observância de toda a oposição e não apenas do PSD. E ao contrário do comportamento que o PSD possa ter tido nalguns momentos, a Senhora Presidente foi alertada para o dever de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimento da lei pela minha parte. -----

----- Sobre o relatório em si ele anexa aqui como exemplo os direitos de participação propostos por lei e depois estabelece o mesmo procedimento também para a documentação apresentada para justificar o direito de informação. -----

----- Nota-se que este relatório tem por base a leitura de outros relatórios e eu esperava que fosse mais além. Porque o relatório limita-se por um lado a cumprir minimamente o que está previsto na lei e a dar resposta, por outro introduz alguns dados, na página doze e na página treze, considerações sobre a plataforma eletrónica e os comerciantes locais e as iniciativas promovidas pelo Município de Anadia, que demonstram a participação democrática que neste exemplo dá também ao orçamento participativo. Isto não tem a ver com o direito de oposição partidária. -----

----- Durante o mandato houve o cuidado por parte de alguns elementos da oposição em tentar agilizar os procedimentos, de forma a se inteirarem o máximo possível de todos os processos. Quando chegamos a alguns documentos, como é o caso do relatório de contas e ao património, que é um relatório denso, são dois documentos que exigem alguma dedicação. Fica difícil quando o prazo de entrega dos documentos às vezes é cumprido o minimamente exigível. -----

----- Mas na qualidade de eleitos e querendo participar nas decisões, como a Senhora Presidente da Câmara referiu, houve partidos da oposição que entregaram, e falo por mim, sistematicamente propostas de melhoria. Se foram atendidas ou não isso é outra questão, mas foram apresentadas nos mesmos moldes como se apresentam nos outros Concelhos. -----

----- Em relação ao relatório solicitou explicações em relação à nota final, que não percebe o que possa ter a ver com o Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para retirar algumas ilações quanto à legalidade ou não legalidade do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. Determina a lei que deverá ser elaborado até ao fim do mês de março de cada ano. É elaborado pela Câmara e deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição. E a lei prevê duas vias após a entrega do relatório pelo Presidente da Câmara, que possibilita o exercício do direito do contraditório por parte dos titulares. Numa primeira dessas vias que é obrigatória e que consta do final do n.º 2 do art.º 10.º da Lei 24/98, que é que o envio do relatório seja acompanhado de uma notificação, que neste caso vertente, através das redes sociais a partir do momento em que está postado no site e que há um email, portanto considera-se a notificação correta. Por ventura haverá outra hipótese facultativa que é um pedido de qualquer um dos titulares do direito de oposição. -----

----- De qualquer forma deverá sublinhar-se que o relatório, mesmo que discutido em sede, como estamos a fazer, de Assembleia Municipal, não está nem deverá ser sujeito a qualquer votação e também não há obrigação da parte do Presidente da Câmara a integrar no relatório as sugestões e críticas das forças de oposição, que eventualmente surjam nas diferentes fases do contraditório. É, portanto, assim obrigado a publicitação no Boletim Municipal ou noutros. Também não é obrigatório a publicação de declarações dos titulares do direito de oposição em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sede do exercício do direito do contraditório, sejam elas feitas naquela primeira fase, e que identificámos, quer na segunda fase aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Este dever da Câmara Municipal, que é obrigatório, não acarreta qualquer consequência no caso da sua não existência, pois apesar de haver esse direito no Estatuto do Direito da Oposição, a Lei 24/98 não prevê qualquer consequência para essa omissão. E apesar da apresentação do relatório ser obrigatória, na realidade prática a maioria, estou a dizer porque muitas vezes é habitual os Senhores Deputados falarem em exemplos dos outros Municípios, ou seja desde 1998 só 115 dos 308 Municípios é que apresentaram o relatório durante o mandato.-

----- Não quero com isto retirar qualquer ilação no sentido de não exigirmos que haja esse debate, mas daí há quase ameaça do Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que aqui disse que iria até às últimas consequências. Nesse sentido estou aqui a pôr as ideias mais certinhas para não estarmos aqui levados pela emoção ou por outra coisa qualquer a tirar medidas. É lógico que por ventura o relatório possa ser melhorado, até com o patrocínio de todos os detentores desse direito de oposição. -----

----- Relativamente aos prazos elencados pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a lei diz quarenta e oito horas, porém o RAMA fala em cinco dias e estes deverão ter sido pelo menos rececionados ou pelo menos enviados no dia quinze. -----

----- Era só isto, não com um caráter de isto é assim e acabou, mas para essencialmente pôr aqui um bocado de ordem nas coisas. -----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que iria fazer uma análise política, porque isto não pode ser feito de outra maneira, relativamente aquilo que eventualmente deu aso ao surgimento deste relatório de avaliação no final deste mandato, desta Assembleia e deste Executivo. Ao final de quatro anos temos que compreender que o que está aqui em causa são efetivamente motivações políticas e não propriamente motivações doutro género. Se não fosse por motivações políticas já tinha aparecido a necessidade deste relatório ser discutido nos anos anteriores. -----

----- Compreendemos por isso o momento e a atitude que foi tomada. No entanto não queria deixar, depois de tudo aquilo que já aqui foi dito, de reforçar algumas interrogações que assaltam o meu pensamento quando penso neste relatório e nestas questões. -----

----- Não me recordo de alguma vez ter aqui ouvido a oposição referenciar que solicitou informações que não lhe foram dadas. Gostaria de insistir numa questão que faz parte da lei e faz parte do Regimento desta Assembleia, que é um dos direitos dos seus Deputados como também é um direito dos outros cidadãos. Quando as pessoas têm dúvidas sobre qualquer fato ou sobre qualquer documentação, têm o direito de se dirigirem diretamente à Câmara Municipal para recolherem informação para as suas dúvidas. E é por isso que eu não consigo compreender como é que efetivamente assalta a mente das pessoas, determinadas interpretações e elas utilizam apenas esta Câmara para efetivamente terem as respostas, sem virem pergunta-las antecipadamente ou então não conseguem descarregar documentos e não os vêm procurar à fonte. Tenho muita dificuldade em saber desta questão. Já agora que falámos aqui em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documentos, eu gostaria de dizer aqui uma coisa Senhor Presidente e se eu disser algum disparate por favor corrija-me. Há bocadinho foi aqui referido que na verdade os documentos em papel só foram entregues na sexta-feira, mas isso não foi falha da Câmara Municipal, isso é o funcionamento da Assembleia não é da Câmara Municipal.-----

----- Estamos aqui a misturar tudo porque lhes interessa misturar tudo, efetivamente porque estamos em época de eleições. As intervenções que foram feitas foi no sentido de baixar a qualidade do trabalho deste Executivo ou tentar demonstrar que este Executivo foge às suas responsabilidades. Olhando para os anexos deste documento há um partido da oposição que nunca apresentou uma proposta nesta Assembleia. Não está lá registado. -----

----- Efetivamente o CDS-PP e o PCP têm aqui algumas propostas registadas, mas a esmagadora maioria das propostas que aqui estão registadas são do Movimento Independente Anadia Primeiro. -----

----- E se formos ler as atas das reuniões do Executivo, com todo o respeito que eu tenho pelas pessoas que lá estão, pelas suas motivações e pelas suas razões, também não encontro lá propostas, encontro a maior parte das vezes silêncios. E se durante quatro anos andámos a fazer silêncios de todas as coisas é no mínimo estranho, embora politicamente o não seja, que se aproveite agora este momento para se querer fazer o que não se fez nesses quatro anos. ----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que tal como eu disse da última vez, o que nos traz aqui é tentar planificar e melhorar o direito de oposição, porque hoje nós não somos outra coisa se não oposição, mas amanhã podemos não o ser. E eu não pretendo que as pessoas que amanhã sejam oposição possam sentir aquilo que eu senti ao longo destes quatro anos. O que me traz aqui é construtivo e não destrutivo. O que é verdade, nua e crua, se assim quisermos e se quisermos ser da maneira que quisermos, era dizer que não cumpriram durante quatro anos, é verdade não cumpriram, nós pedimos algumas vezes o Rui, nós falamos disso muitas vezes. Não foi possível, foi preciso requerer, nós requeremos. Para estarmos aqui a discutirmos isto foi preciso requerer, nós requeremos. -----

----- Eu recomendo às pessoas que leiam a revista das Assembleias Municipais, a n.º 9 de Janeiro e Março de 2019 e podem apreender uma coisinha que lá está que se chama Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais, da autoria do Professor Diogo Freitas do Amaral, penso que será só por si o suficiente para calar muita gente. Depois podem ler também o Respeito pelo Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais a Democracia Local que Falta, de Luís Filipe Mota Almeida. -----

----- Não pretendo mais nada que igualdade, eu não estou aqui com nenhuma insinuação, nem com nenhum interesse político, porque se eu tivesse interesse político tinha vindo para a política há muito tempo e não vim. Vim para a política há pouco tempo porque achei que Anadia precisava da minha participação. Não podem dizer que eu não participei ou que me recusei a tomar partido ou a ter a minha opinião. Portanto não admito que me digam que eu que penso, que eu que quero, julguem-me por aquilo que eu digo e por aquilo que sou. Não me julguem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por aquilo que pensam que eu sou, porque quem julga os outros por si é bem julgado. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para agradecer ao Senhor Deputado a excelente memória que ainda denota, esperando que essa memória seja sempre assertiva para todas as situações. Quanto a Luís Filipe Mota Almeida é titular de excelentes pareceres e um expert nestas matérias. -----

-----Interveio a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- " *Relativamente a este ponto quero referir que o Estatuto do Direito de Oposição no âmbito das Autarquias Locais nos termos da Lei nº 24/98 de 26 de Maio, permite aos titulares do Direito de Oposição o Direito à informação (artigo 4º), o Direito à consulta-prévia (artigo 5º), o Direito à participação (artigo 6º); o Direito a depor (artigo 8º) e o Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito da lei (artigo 10º), que é o que efetivamente hoje temos a oportunidade de exercer.*-----

----- *E no que concerne ao direito à consulta prévia, que é o ponto que pretendo cingir-me, é manifesto que o Executivo Municipal assegurou o cumprimento do estipulado na lei.* -----

----- *Os partidos com Direito de Oposição foram convocados para se pronunciarem, sucede que, a apresentação, in loco, do Orçamento e das Grandes Opções do Plano foi realizada de forma genérica, pelo que entendemos ser insuficiente para que as forças políticas possam exercer cabalmente o direito de oposição e desta forma contribuírem de forma objetiva para as Grandes Opções do Plano e Orçamento.*-----

----- *A acrescentar ainda, temos o facto de não ter sido disponibilizada no ano de 2020 qualquer documentação atinente ao assunto em causa.* -----

----- *Ora, concluo que tudo isto limita o exercício do Direito de Oposição, pelo que apelamos que seja feito um esforço crescente, no sentido de colmatar estas situações, propiciando o efetivo exercício e reforço do Direito de Oposição pelos Partidos Políticos que, não se pode conculcar pois que são peças necessárias num estado de Direito Democrático.*"-----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando, em relação à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que a lei não obriga, mas também não impede que a Senhora Presidente possa ir além do minimamente especificado e introduzir alterações ao relatório.-----

----- Interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que afirmou não se recordar que alguém tenha sido objeto de bullying político ou ostracizado, porque se efetivamente nós temos de nos pautar por princípios e condutas, será que é um documento escrito que vai alterar estes princípios e estas condutas.-----

----- Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, certamente lembrar-se-á de uma moção que foi apresentada por mim sobre as reuniões da Assembleia Municipal ainda antes do COVID, que foi na altura paralisada por todos os elementos desta Assembleia para ser debatida e até hoje caiu no esquecimento. Eu não me esqueci, mas nunca mais se lembrou. No entanto o ostracismo a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que essa proposta foi colocada levou a que eu na minha modesta pessoa e qualidade, não tivesse mais vontade de apresentar propostas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal efetuou a seguinte intervenção: -----

----- Permitam-me fazer uma súmula desta discussão para que partamos daqui com uma ideia do que vamos fazer. Porque para qualquer pessoa que não teve estes conhecimentos, dirá então se isto é obrigatório todos os anos porque é que só no último ano é que aparece e como diz o Senhor Deputado Rui Bastos nós não estamos aqui para fazer uma crítica quando aparece a coisa bem feita, porque aparece a coisa estamos a criticar, nos outros três anos não criticámos nada porque não apareceu nada. Portanto essa omissão é de culpa nossa, mas dado o Estatuto do Direito de Oposição de reclamação das coisas. -----

----- Repare-se numa coisa, havia alguma inexperiência perfeitamente evidenciada no primeiro requerimento que vocês fizeram acerca do direito de oposição, que estava perfeitamente fora da legalidade e intitularam-me quase como a assassino do projeto, face a eu cumprir a lei e isso foi uma discussão em âmbito de Comissão Permanente e nós hoje devemos estar muito satisfeitos por termos um relatório do estatuto do Direito de Oposição, saibamos melhorá-lo quiçá. Cabe à Câmara Municipal e não a nós redigi-lo, poderemos dar opiniões, mas estar a criticar a única coisa que foi feita e que não tem comparação se terá sido bem feita. -----

----- Interveio novamente a Senhora Presidente da Câmara e para encerrar este assunto dizer que da minha parte e desde 1998 que existe esta lei, é a primeira vez que este relatório chega à Câmara Municipal e obviamente à Assembleia Municipal. E na verdade todos aprendemos, faz parte da vida e quero-vos dizer honestamente, que o relatório é mais um documento que a lei exige e que diz que se tem de apresentar.-----

----- Mas não é este relatório que determina a atividade da Câmara Municipal e muito menos a vossa atuação nesta Assembleia Municipal, porque de fato o documento deve ser da Câmara Municipal e vocês só têm de o apreciar. E, portanto, acho que até é um bocadinho redutor, se me permitem depois de toda esta discussão, resumir aquilo que foi a nossa forma de estar nestes quatro anos e até este momento, há discussão deste relatório que para mim é mais um resumo de algumas datas e de algumas situações. -----

-----O mais importante é o que as atas da Câmara Municipal espelham e quero-vos dizer que ao longo destes oito anos e deste último mandato em particular, que é convosco que eu estou neste mandato, dizer-vos que estou de consciência tranquila, porque mesmo todos os assuntos que nós levamos à Câmara, eles são mais que justificados e documentados, pese embora muitas vezes o silêncio, eles são expostos, apresentados pelos técnicos que são chamados à reunião de Câmara. É esse o trabalho que sempre fizemos, as atas espelham bem o que é tratado na reunião da Câmara. Não há ponto nenhum que não leve uma proposta devidamente organizada e apresentada com todos os documentos que justificam, elas são depois transcritas para a ata e quem as ler consegue perceber aquilo que tratámos. E logicamente depois tentamos divulgar aquilo que fazemos, eu concordo que nem sempre o que sai para a comunicação social consegue retratar tudo o que se deliberou, mas obviamente que as atas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espelham isso.-----

----- E depois reiterar aquilo que sempre fui dizendo, eu sempre estive disponível para os Múncipes, para os Senhores Deputados e para quem quiser ser esclarecido. E se falhas houveram eu quero dizer que mesmo neste cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, é verdade que num primeiro mandato tivemos uma forma de estar, no segundo foi a forma ajustada à situação e conversando com os colegas e com a experiência, obviamente nós temos que auscultar não temos de levar propostas, se vamos ouvir contributos naquele momento, não é para os titulares do direito de oposição apreciarem o documento, mas sim, nós temos de os auscultar para darem contributos para esse documento.-----

----- E nesse sentido efetivamente o PCP apresentou algumas propostas e eu não quis dizer com isto que elas tinham de ser quantificadas em valor, porque até nós, por vezes, temos dificuldades em quantificar as propostas que remetemos para os documentos previsionais, quanto mais quem está apenas a dar essas ideias. O que eu quero dizer é que quando estamos a falar de um orçamento estamos a falar de investimentos específicos e não propriamente a dizer eu não concordo com a Feira da Vinha e do Vinho ali. Como é que isso se traduz num orçamento municipal. Se me disserem é preciso habitação, então vamos lá pensar na estratégia de habitação, têm de ser específicos, com propostas, com projetos para colocar no orçamento. -

----- Se fizemos o canil não foi a proposta de vocês que chegou cá. Vocês tinham a vossa proposta do PSD e aquilo que venderam é que iam fazer um canil. Nós não andámos a copiar propostas, trata-se de uma ideia que se impôs e de uma oportunidade que entretanto surgiu pelo Estado, que supostamente ia apoiar os canis municipais e intermunicipais e como o Concelho com quem tínhamos um protocolo para receber os animais nos disse que não poderiam receber mais, nós tínhamos de ter uma solução. Mas também nunca nos coibimos de receber proposta, porque estamos para o mesmo objetivo que é trabalhar por Anadia. -----

----- Se existe alguma falha já existe há muitos anos, nossa Câmara Municipal e vossa enquanto oposição, mas estamos aqui para aprender e se cá estivermos não nos esqueceremos de o efetuar.-----

----- Interveio o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para agradecer as palavras da Senhora Presidente e para afirmar que mesmo sem apresentar projetos, por acaso e em simultâneo, tanto eu como a Senhora Presidente já falámos em várias matérias que foram depois desenvolvidas, por isso não se pode dizer que a oposição esteve sentada à sombra da bananeira e não colaborou.-----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de discussão do ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o referido ponto. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação do plenário a proposta subscrita pelo Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que se encontra arquivada junto ao Livro de Atas, para que, nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(RAMA), as deliberações a que se referem os pontos dois, três e quatro do período da ordem do dia, sejam aprovados em minuta, para produzirem efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar e Vítor Manuel Santiago Tavares, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Aquando da votação não se encontravam presentes a Deputada do Grupo Municipal do MIAP Ana Paula dos Santos Alves Allen e os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves e Filipa Cardoso Tomás. -

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

----- Desde logo, deu início ao período de intervenção do público nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA, informando que de acordo com o Regimento o Período de Intervenção do Público é distribuído pelos inscritos para esse desígnio e a palavra é dada aos cidadãos, no máximo por duas vezes, não podendo cada intervenção exceder cinco minutos, e para o qual se inscreveram a cidadã Irene Lincho dos Santos Ferreira, a cidadã Sylvie Ferreira e o cidadão Luís Carlos Valsas de Carvalho.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Irene Lincho dos Santos Ferreira, que após apresentar cumprimentos, questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre a situação do saneamento em Avelãs de Caminho, na Estrada Nacional n.º 1, onde reside e expôs uma situação que ocorre de duas em duas semanas, entre as 22 horas e as 3 horas da manhã, em que não pode viver dentro da sua casa devido ao cheiro a fossas com origem perto da sua casa. Falou com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia que a informou, mais tarde, que tinha contactado com o sector do ambiente, mas até hoje nada foi feito e gostaria que a ajudasse e resolver este problema. -----

----- Em resposta a Senhora Presidente da Câmara informou a Munícipe que não lhe podia dar uma resposta neste momento, porque não está a identificar a situação, mas que irá ao local tentar perceber a situação em conjunto com o ambiente, mas que provavelmente terá de haver uma vistoria com outras entidades. Em relação ao saneamento na EN1 dentro de pouco tempo será aberto um concurso público, quer para o saneamento quer para substituição da rede de águas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Sylvie Ferreira que questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre o destino das águas limpas e das águas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pluviais em Avelãs de Caminho, se iam diretamente para o Rio Cértima ou se eram tratadas antes de irem para o rio.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara informou a Múncipe que partindo do princípio que são águas limpas e águas pluviais obviamente que não há tratamento prévio. As águas são conduzidas ou para valas, ou para regueiras ou para os rios. Basicamente é isso que acontece. Só as águas provenientes da rede de saneamento é que têm o emissário conduzido à estação elevatória e por sua vez à ETAR e essas sim serão tratadas. -----

----- Interveio novamente a cidadã Sylvie Ferreira questionando no caso das descargas ilegais para o Rio Cértima como é que se processa e se é a Câmara Municipal que trata isso. -----

----- Em resposta a Senhora Presidente da Câmara informou a Múncipe que por norma o que nós fazemos é comunicar ao SEPNA ou comunicar diretamente à ARH – Administração Regional Hidrográfica, que são as entidades que nesta matéria têm de fiscalizar e têm a possibilidade de atuar. E os particulares podem fazê-lo diretamente. -----

----- Interveio novamente a cidadã Sylvie Ferreira colocando a questão se algum membro da Câmara souber de alguma situação tem a obrigação de a comunicar. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara afirmando não querer fazer juízos de valor e que o dever de todos é denunciarmos as situações. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Luís Valsas de Carvalho, que após apresentar cumprimentos, manifestou o seu desagrado com a atitude que a autarquia teve desde o início do COVID, pelo que fez e pelo que não fez. -----

----- Declarou que viu em abril uma mensagem de uma funcionária de uma IPSS de Avelãs de Cima a pedir com urgência máscaras e que, em conjunto com um grupo de amigos, decidiram criar um movimento solidário e começaram a produzir viseiras gratuitas e a juntar máscaras para distribuírem pelas IPSS e pelas populações, que afirmavam não terem recebido qualquer apoio por parte da Câmara Municipal.-----

----- Terminou criticando a adjudicação, por ajuste direto, ao Jornal da Bairrada de 19.800,00 euros mais IVA para publicidade. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara que afirmou que o Senhor Valsas não deve viver em Anadia, pura e simplesmente deve ter andado por fora. Não vou estar a descrever o que demos às IPSS, quer em materiais quer em apoios financeiros. -----

----- Tivemos vários grupos que entregaram viseiras na Rede Social ou diretamente às populações, mas trabalhando em articulação. Não sei qual foi o seu grupo, mas com a Autoridade Local de Saúde, com a Câmara Municipal, com os Bombeiros ou com a GNR nunca trabalharam, porque andaram a trabalhar sozinhos. -----

----- O seu discurso não colhe a minha simpatia porque não condiz com o que nós fizemos e com a verdade. O Senhor fez algumas insinuações, a deixar no ar algumas dúvidas e isso é que não pode ficar. Fizemos o ajuste direto a um jornal que não é para publicidade avulsa, sabe que para esta Assembleia se realizar nós tivemos de a publicitar no jornal. E o Senhor não diga que não porque o Senhor é que está a mentir. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro Óscar Ventura, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que o que foi dito é uma pura mentira, é preciso coragem e pouca vergonha para vir aqui dizer uma coisa dessas. Nós andámos de porta a porta a distribuir máscaras que a Câmara nos deu. Houve costureiras a fazerem as máscaras gratuitamente. E um sujeito ter o descaramento de vir aqui dizer uma coisa dessas. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Graça Nunes, do Grupo Municipal do MIAP, que afirmou ser testemunha porque fez parte de um grupo que confecionou várias máscaras que foram distribuídas pelo Município. -----

----- Para segunda intervenção usou da palavra o Senhor Luís Valsas de Carvalho, que reforçou o que manifestou na sua primeira intervenção, sendo, no entanto, necessário o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retirar-lhe a palavra. -----

----- Sobre as afirmações do Senhor Luís Valsas de Carvalho o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção: agradeço a sua participação e deixe-me só dar-lhe um conselho, se é possível eu dar-lho. Tem muito mérito a sua atitude altruísta no sentido de se predispor a um ato de solidariedade, mas com isso não arranje o protagonismo para que os outros nada fizeram. Seja humilde na sua análise, foi muito bom você ter participado nisso, mas houve mais e que por ventura estão calados. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e um, quando eram vinte horas e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

A Segunda Secretária -